

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

ATA Nº 026

PRESIDENTE – DEPUTADO EDUARDO BOTELHO

**O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Bom dia a todos!**

Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública, requerida pelo Deputado Eduardo Botelho e o Deputado Wancley Carvalho, para debater o Tema: Segurança Pública, a importância da sociedade civil organizada no Centro Nacional de Segurança Pública, do Presidente da Confederação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública e Conselhos Municipais de Mato Grosso de Segurança Pública e Sociedade Civil Mato-grossense.

Convido para compor a mesa o Deputado Estadual Wilson Santos; o Deputado Estadual Marcrean Santos; o Assessor Especial do Ministério de Ciências, Tecnologia e Inovação, Suplente de Deputado Federal, José Augusto Curvo, o nosso Tampinha; o Dr. Lúcio Andrade, Ouvidor Geral do Estado, neste ato representando o Dr. Silvio Jeferson, Defensor Público Geral do Estado; a Dr<sup>a</sup> Shirley Teis, Assessora Jurídica da Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso e Secretária Adjunta de Segurança Pública do Estado, no período de 2011 a 2015; Cley Celestino Batista, Delegado Regional da Polícia Judiciária Civil de Cuiabá, neste ato representando o Delegado Geral, Dr. Fernando; a Sr<sup>a</sup> Flávia Portela, Presidente da Federação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública do Distrito Federal; o Inspetor Elton Carvalho, Chefe do Gabinete da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal; o Sr. Danilo Moraes, Presidente da União dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública da Sociedade Civil Organizada; o Sr. Valdir Farinha, Presidente da Federação dos Conselhos de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso; o Dr. Diógenes Curado, Advogado e ex-Secretário de Segurança Pública; o Coronel Jorge Luiz de Magalhães, neste ato representando o Comando-Geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. (PALMAS)

Composta a mesa de honra, convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional.

(O HINO NACIONAL É EXECUTADO.)

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (EDSON PIRES) – A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso registra e agradece as presenças das autoridades que gentilmente comparecem nesta Audiência Pública: Dr. Gênison Brito Alves de Lima, Delegado de Polícia e Coordenador de Polícia Comunitária da Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso; Gustavo Castanheiro, Assessor, neste ato representando o Deputado Baiano Filho; Gislene de Oliveira Del Castanhel, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança de Nova Bandeirantes; Mac Suellen Soares, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança do Município de Barão de Melgaço; Hipólito de Melo Castro, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública de Dom Aquino; Gean Carlos Ferreira da Silva, Presidente do Conselho Comunitário de**

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.

---

Segurança Pública de Nova Ubiratan; Edson Tavares, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública de Jaciara; Aparecida Vieira dos Reis, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública de Tangará da Serra; Genilson Antônio da Silva Mendes, Presidente do Conselho Comunitário de Diamantino; Nei Alves Pereira, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública de Ipiranga do Norte; Geovani Pereira dos Santos, Vice-Presidente do Conselho de Segurança de Ipiranga do Norte; Fátima Guerreiro, Diretora de Assuntos comunitários da Federação do Conselho Comunitário de Segurança do Município de Peixoto de Azevedo; Hilário Tavares, Presidente de Ética de Confresa; Cristiane Prado, Subcomandante, neste ato representando o Comandante da Guarda Municipal de Várzea Grande, Evandro Homero; Fausto José Antônio, Diretor do Conselho Comunitário de Segurança Pública, neste ato representando a Sr<sup>a</sup> Sandra Gasparetto, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública do Bairro Bosque da Saúde; Wangles dos Santos Lino, Gerente de Polícia Comunitária da Secretaria de Estado de Segurança Pública; Elizabeth Soares de Andrade Pinheiro Beta, Presidente da Associação de Moradores da Morada do Ouro, membro do CONSEG/Morada do Ouro; Janete Aparecida Stersa, Diretora Metropolitana da União dos Conselhos da Sociedade Organizada; Marcos Roberto da Silva, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública de Barra do Garças; Edson de Souza Cabral, Conselheiro Fiscal da União dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública, Sociedade Civil Organizada do Município de Itaúba; Reinaldo Campos, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública da Grande região do Pedra 90; Amauri Pereira, Presidente do Conselho de Segurança Pública do Três Barras/Cuiabá; Pedro Luiz Machado, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública do Parque Cuiabá; Artur Fonseca, 1º Secretário do Conselho Comunitário de Segurança Pública do Planalto/Cuiabá; Maria das Graças dos Santos, Presidente do Conselho de Segurança Pública do Jardim Vitória; Elda Mariza Valim, Coordenadora da ONG Moral; Juvenal Ferreira Soares, Presidente do Bairro São Carlos/Cuiabá.

Agradecemos a presença dos servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social de Várzea Grande e também dos acadêmicos do Curso de Direito da UNIC/Cuiabá!

A palavra volta ao Deputado Eduardo Botelho, Presidente desta Audiência Pública.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Quero registrar a presença do Vagner Ribeiro Machado, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal de Mato Grosso.

Senhoras e senhores, a discussão da segurança pública é muito importante neste momento, essa relação da segurança com os Conselhos e também a segurança de um modo geral.

Nós tivemos avanço na segurança; teve diminuição dos índices de homicídios, mas os índices de pequenos furtos vêm aumentando e, se não houver algo que possa breicar isso, com certeza, em alguns dias os índices de homicídios vão voltar a aumentar, porque esse é o primeiro passo para se chegar ao homicídio.

Então, temos que discutir isso, sobretudo com a sociedade, o que ela pode fazer, o que pode ser feito, discutir com os Conselhos, que é uma discussão que vem se... Ao invés de trabalharem ajudando, parece que está havendo desentendimentos e nós precisamos discutir.

A Assembleia Legislativa é palco dessas discussões e nós vamos discutir aqui para chegarmos a um entendimento.

Vou fazer um pequeno pronunciamento aqui, depois vamos ouvir uma palestra, depois as inscrições dos que quiserem falar e debater sobre o assunto.

Senhoras e senhores, um dos problemas que mais aflige o Brasil de hoje é, sem sombra de dúvidas, a questão da segurança pública, que deixa a desejar aos anseios da população,

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

pois em todos os lugares a violência e a criminalidade crescem em proporções imensuráveis e de maneira incontrolável.

A banalização da violência urbana e os crescentes índices de criminalidade amedrontam cada vez mais a população brasileira. Não se vive hoje sem o medo constante de agressão física ou moral; não se consegue mais estabelecer um sentimento de segurança plena.

O quadro se agrava com a constatação da incapacidade da polícia de sozinha controlar ou diminuir essa onda de violência utilizando-se apenas do sistema tradicional de Segurança Pública. Isso porque a ação isolada das diversas forças policiais e o policiamento repressivo, feito exclusivamente por homens fardados, caracterizado pelo excesso de burocracia, já não são suficientes.

Nessa busca pela construção de uma nova consciência é que estamos aqui hoje, onde se pretende dar ênfase à responsabilidade da sociedade, sociedade que tem um papel importante na segurança pública. É necessário pensarmos uma política de segurança preventiva, uma vez que acredito que a melhor segurança pública ainda começa com uma boa educação, e uma excelente saúde, começa na família.

Observando os trabalhos dos conselhos comunitários, verifica-se a real possibilidade de discussão entre a comunidade e os agentes de segurança acerca dos problemas locais.

Sabemos que somente em um trabalho conjunto é que vamos extrair propostas e soluções.

É no diálogo entre o poder político, sociedade, juntamente com quem mais conhece as dificuldades cotidianas, que é a própria polícia, é que ampliaremos as chances de pelo menos amenizar a barbárie que vemos hoje.

É assim como estamos fazendo aqui hoje que poderemos encontrar meios para a elaboração conjunta de política de segurança e de prevenção do crime.

Cientes de que não existem fórmulas milagrosas para combater os problemas sociais, pretendemos, com este encontro, por alguma luz no fim do túnel para assim contribuir para uma melhoria na segurança dos cidadãos.

Não podemos perder a esperança de resgatar valores de convivência pacífica e harmoniosa entre as pessoas.

Dentre os fatores do aumento de violência estão a miserável condição em que vive parte da população brasileira, somando ao tráfico de drogas, responsável pelo número enorme de assassinatos ocorridos, principalmente contra jovens. Esses podem ser os fatores mais comuns da explosão da violência, mas não é só isso, há outros fatores e é o nosso papel identificar e contra-atacar todos.

Soma-se a isso os programas veiculados nos meios de comunicação, que, ao divulgarem de forma exacerbada a violência e ao banalizarem-na em filmes, novelas, desenhos animados e jogos, também fazem nascer mais violência.

A mídia projeta na mente de cada cidadão uma cultura de terror, dizendo a todos que não há solução para o problema, só restando a aceitação mansa e pacífica.

A sociedade não pode somente se contentar em encarcerar aquele que cometeu o crime, pois este, mais cedo ou mais tarde, retornará ao convívio social muito mais violento no que depender do atual sistema carcerário brasileiro, é isso que temos visto. Precisamos nos unir para tratar no início e assim evitar que as pessoas optem pelo mundo do crime. Pessoas não nascem criminosas, elas se tornam. Temos que estancar este ciclo.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Conhecer e estudar o problema constitui o primeiro passo na luta contra a violência, mas não basta. É preciso o engajamento sincero e comprometido dos que acreditam na mudança. É preciso que se elabore medidas realmente eficazes e possíveis de serem executadas; é preciso uma mudança de mentalidade, em que as pessoas não aceitem passivamente a violência e realmente lutem contra ela; é preciso que se restaurem valores éticos e morais de preservação da dignidade humana; é preciso que as pessoas se unam em prol de um mesmo objetivo. Enfim, é preciso uma mudança de paradigmas, o que requer tempo e esforço.

Precisamos acreditar que é possível resgatar os valores essenciais à boa formação do ser humano. Os conceitos éticos e morais deixaram de ser transmitidos pela família.

A educação escolar é falha.

Essa violação diária da ordem pública, contudo, está prestes a extrapolar o limite do suportável pelo homem, se é que já não extrapolou.

O caminhar da humanidade esta numa encruzilhada: ou todos nós entramos na luta para fazer coisa, ou se chegará ao estado da inviabilidade da vida coletiva.

Aos olhos do povo, parece ser a polícia a única responsável pela segurança da sociedade, quando, em verdade, essa instituição tem somente a função mais árdua de todas, uma vez que atua na linha de frente ao crime e na execução das leis penais, a fim de torna-las efetivas ao exigir o cumprimento das regras sociais e solucionar os seus conflitos. Assim, durante muito tempo a problemática da segurança pública é vista apenas como gestão de ordem absoluta da polícia, regida e orquestrada pelos governos estadual e federal, sem participação alguma de qualquer segmento da sociedade. Assim não funciona, e já sabemos, o resultado está aí.

Agora que a epidemia da insegurança se alastrou por todo o Brasil, a própria sociedade se mostra preocupada com o problema e até já comunga com o preceito constitucional de que a segurança pública é responsabilidade de todos e com isso já se formam movimentos diversos que objetivam maior interatividade com a polícia para uma consequente união de forças de combate ao crime. Prova disso somos nós aqui hoje.

As associações de moradores e os conselhos de segurança, bem como as diversas organizações não governamentais já se conscientizaram que devem ser fortalecer cada vez mais no sentido de ajudar a polícia na sua árdua missão de combater o mal e resgatar a ordem ferida.

A eficiência do trabalho policial está intimamente ligada ao bom relacionamento entre cidadão e policiais. Um deve ver e sentir no outro o valor da amizade como elemento de apoio e de confiança nos seus recíprocos atos. Os policiais dependem da iniciativa e da cooperação das pessoas e estas dependem da proteção dos policiais.

É necessário que a própria sociedade reconheça e se engaje na luta pelo resgate da dignidade perdida. Isolados, estamos perdendo todos nós. Por isso desejo que o dia de hoje seja de grande relevância. Que cada um aqui possa se manifestar para encontrarmos caminhos para sair desta difícil situação.

A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso está aberta para, juntos, buscarmos dias melhores na segurança ao cidadão. Até porque acredito que segurança pública se faz com pessoas que conseguem aliar boas ideias, planejamento e ação.

Muito obrigado. (PALMAS)

Ouviremos agora uma palestra com a Dr<sup>a</sup> Shirley Theis, Assessora Jurídica da Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso e Secretária Adjunta de Segurança Pública no período de 2011 a 2015.

A SR<sup>a</sup> SHIRLEY THEIS - Bom dia, senhoras e senhores!

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Cumprimento o dispositivo de honra em nome do Deputado Eduardo Botelho; cumprimento todos os representantes da Casa presentes; Dr. Diógenes Curado, ex-Secretário de Segurança Pública, com quem eu tive o privilégio de trabalhar por quase oito anos, e em nome dele, eu quero cumprimentar todos os representantes da segurança pública aqui presentes; Danilo Moraes, em seu nome, cumprimento todos os representantes dos Conselhos Comunitários.

Tenho a honra de cumprimentar a Flávia Portela, e em seu nome cumprimento todas as mulheres presentes. Estamos em um número menor no dispositivo, mas estamos aqui representando.

Eu agradeço o convite para vir falar sobre o Conselho Comunitário de Segurança Pública.

Em primeiro lugar, eu quero trazer uma situação para vocês: recentemente, eu estava lendo e tive uma informação que acho que vem bem a calhar com relação à questão da segurança pública. Na Etiópia, recentemente, encontraram um artefato que foi criado, datado de 280 mil anos, que é a ponta de uma flecha, considerado a arma mais antiga, foi criada para caça ou como meio de defesa das pessoas daquela época. Isso mostra que, desde os primórdios tempos, a comunidade, o cidadão, o homem está preocupado com a segurança pessoal, com a segurança pública, com a segurança nossa do dia a dia, com a segurança da comunidade.

Por muito e muito tempo, nós recebemos uma segurança que vinha de forma autoritária. Ela era imposta pelo Governo, sem sentir a necessidade, sem sentir aquilo que de fato o cidadão precisa, ele que vive ali no dia a dia, ele que sente o que precisa. Da década de 70, década de 80, para cá, essa realidade começou a mudar um pouco, começou-se a discutir a participação da comunidade nas questões relacionadas ao Poder Público, à segurança pública. E isso se fortaleceu com a Constituição de 1988, que previu a participação da comunidade em vários segmentos, não só na segurança como também na saúde, na educação. Começou-se a ouvir.

Foi sentido que o Poder Público sozinho não dava mais conta de gerir a máquina, e a comunidade começou a participar. Isso eu vejo uma das melhores ideias relacionadas à segurança pública.

A criação dos Conselhos Comunitários foi uma grande sacada, porque ela aproxima a polícia do cidadão, faz com que o cidadão tenha acesso à segurança, ao levar a informação, aproximar aquela realidade que está vivendo, e quem melhor do que quem mora naquele bairro, naquele município, para dizer o que de fato ele precisa.

Nós temos um Estado tão grande, um País tão grande, que essas diferenças de situações mudam de um bairro para o outro, o que nós temos hoje de uma situação lá no Bairro Pedregal não é a mesma que nós temos aqui no CPA. Então, quem melhor do que o cidadão para dizer o que ele precisa para mudar aquela realidade? E não é só ser o dedo-duro da polícia, mas sim participar, como a pessoa que vai participar nas discussões, nos debates, para encontrar uma solução para mudar aquela realidade.

Recentemente, até o Dr. Cleiton, da Polícia Civil... Eles fizeram um trabalho muito importante que identificou a violência contra a mulher na Cidade de Cuiabá. E foi identificado que o Bairro do Pedregal, por exemplo, é o bairro que está com o maior índice de violência nesse setor. O próprio Conselho Comunitário de Segurança Pública pode ajudar a comunidade a encontrar uma solução para aquilo que está acontecendo naquele bairro, naquela região. Essa é a grande sacada do Conselho, ele aproxima a comunidade.

No Estado de Mato Grosso, o primeiro Conselho foi criado ainda na década de 80, antes da Constituição, foi um dos primeiros. Tudo o que eu levantei, o primeiro Conselho de

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.

---

Segurança foi criado ainda em 1982, na Cidade de Londrina, e depois em 1983, na Cidade de Maringá. E de 1985 para frente, a Cidade de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso, criou o primeiro CONSEG. Eu até tentei levantar a informação para saber quem foram os primeiros diretores desse CONSEG, mas não consegui identificar, não existe registro. Mas isso mostra que a sociedade mato-grossense está preocupada com a segurança pública desde muito tempo. E o que vem acontecendo dentro do Estado de Mato Grosso com a evolução e o crescimento dos CONSEGS é muito importante. Mas nós precisamos não criar rachas, e sim congregar. O interesse de todos aqui é um só, é melhorar a segurança pública do nosso Estado. Então, o que nós precisamos é de todos unidos encontrarmos uma solução.

O CONSEG, do ponto de vista jurídico - pediram para eu falar também sobre a questão jurídica constitucional -, é uma entidade privada. Ele é gerido pelo Direito Civil, mas ele também é público, porque para ele funcionar, para ele falar sobre a segurança pública, ele também precisa ser reconhecido pelo Poder Público. Sem o reconhecimento do Poder Público, como ele vai tratar da segurança pública? Como é que ele vai sozinho? Aí não existe, ele precisa dessa união, precisa dessa proximidade da segurança pública.

Então, para funcionar, nós precisamos estar juntos: segurança e conselhos comunitários; segurança e comunidade; secretaria de segurança, polícia comunitária... Nós temos que trabalhar juntos, porque o Conselho Comunitário nada mais é que um tipo de polícia comunitária, ele é aquilo que aproxima. Por exemplo, a polícia comum é aquela que chega lá e vai cumprir uma ordem, a comunidade não sabe quem é, só sabe que é o policial. Mas quando se trabalha com a polícia comunitária, nós vamos falar com o policial e chamá-lo pelo nome, porque ele conhece a comunidade, ele sabe com quem está falando. Então, em relação a toda essa questão sobre o decreto do governo e depois a sustação do decreto, o que eu posso dizer a vocês: não existe subordinação na criação de um Conselho Comunitário.

Ele nada mais é que uma associação. Como associação, ele tem os requisitos para ser criado, terá que ter uma eleição, a comunidade elegerá os seus... E, a partir do momento em que a comunidade eleger os seus dirigentes, eles serão os representantes. Para eles serem destituídos dessa função, somente por meio de uma assembleia, a própria comunidade dirá se eles permanecem ou não. Somente dessa forma podemos destituir uma diretoria, por meio de uma assembleia.

Uma vez constituído, ele precisa do registro em cartório, da regulamentação certinha, e isso dará direito a ele receber recursos para poder investir em demandas... Lembrando que a função principal do CONSEG-Conselho Estadual de Segurança Pública, do Conselho Comunitário é prestar serviços de políticas preventivas, de serviços preventivos, não é atribuição, por exemplo, de um Conselho Comunitário reformar delegacia, construir delegacia, reformar um batalhão. Isso não, isso é atividade do Estado, o Estado é que tem que fazer isso, é atribuição do Estado.

A partir do momento em que o CONSEG começa a fazer isso, ele está se desviando da finalidade para o qual foi constituído. Ele vai se envolver em reforma disso, reforma daquilo, e o principal, que é encontrar a solução para aqueles problemas cotidianos que cada vez mais crescem, que aumenta violência, que acontece isso e aquilo, vai ficando de lado, porque está ocupando o seu tempo em gerir recursos para construir uma delegacia, para construir... Eu não estou falando que não se pode fazer, mas tem que ter cuidado, porque com isso ele acaba desviando do foco, e não é esse o objetivo e a finalidade de um Conselho Comunitário.

Então, o que eu tinha para falar em breves palavras, porque o tempo é curto, é isso. E eu deixo também como sugestão para os Deputados, que eu vejo que falta muito é informação para a comunidade sobre o serviço prestado, sobre o Conselho Comunitário de Segurança. Muitas

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

pessoas sequer sabem o que é um Conselho Comunitário de Segurança. Eu falo CONSEG. “O que é CONSEG?” O CONSEG precisa chegar a toda comunidade. Todo mundo precisa saber.

Então, eu deixo como sugestão, inclusive para se trabalhar um novo Projeto de Lei, que fique registrado como sugestão a capacitação dentro da comunidade, não só para os representantes dos Conselhos, como também para toda a comunidade. Chamar a comunidade e levar informações sobre as atribuições e de que forma a comunidade pode participar efetivamente nas questões relacionadas à segurança pública.

Então, deixo aqui, Deputado, como sugestão, nós fazermos um projeto, uma coisa nesse sentido, que essa informação chegue à comunidade, e que todos consigam participar efetivamente para melhorar a segurança pública do nosso Estado, para melhorar a segurança pública no nosso Brasil.

Bom dia para todos. Obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Sr<sup>a</sup> Sirlei, eu gostaria de fazer uma pergunta.

Parece que a senhora tem um amplo conhecimento do assunto, evidentemente, deve estar acompanhando bem: vocês da Secretaria têm alguns dados que possam indicar que a criação dos Conselhos melhorou a segurança num bairro, por exemplo, o que levou a melhora? Vocês têm esse levantamento, esses estudos?

A SR<sup>a</sup> SIRLEI THEIS – Desses registros, eu posso falar da época em que eu estava dentro da Secretaria de Segurança Pública. Hoje nós temos representantes da Secretaria que poderiam com mais convicção falar da questão.

Na época em que estávamos na Secretaria foram vários projetos que foram implementados, que mudaram a realidade. Por quê? Você precisa trabalhar, principalmente, a criança. Existiam projetos de levar crianças para o esporte e outras atividades que foram feitas e que de fato mudaram a realidade. Existiam diversos projetos que foram implementados e que estavam funcionando.

Hoje, eu não sei dizer exatamente quais ainda continuam funcionando. Mas cada bairro tem os seus projetos, porque cada bairro tem uma realidade. Então, necessariamente o que vamos implementar, por exemplo, no Tijucal não será o mesmo que será implementado aqui no Centro.

Então, o Sr. Diógenes está aqui. Ele teve uma gestão de segurança pública na época muito presente com os Conselhos Comunitários e ele também pode fazer algumas citações quando for falar sobre isso, vai esclarecer muito bem. Mas eu sei que a realidade aproxima e permite que a segurança seja direcionada para aquilo que vai de fato solucionar aquele problema local.

Mais alguma pergunta?

(O SR. PRESIDENTE ACENA NEGATIVAMENTE.)

A SR<sup>a</sup> SIRLEI THEIS – Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Obrigada, Doutora. (PALMAS)

Com a palavra, o Deputado Wilson Santos.

E vocês podem fazer perguntas, interagir, evidentemente, com aquele que for lá e fazer uma fala, para ficar uma relação até melhor, às vezes fica com alguma dúvida, pode perguntar, está bom.

O SR. WILSON SANTOS – Posso falar daqui, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Pode.

O SR. WILSON SANTOS – Muito Obrigado!

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Cumprimento o Deputado Eduardo Botelho, Presidente da Assembleia e também Vice-Governador deste Estado; o meu amigo, colega de faculdade, Secretário de Segurança Pública durante vários anos, Dr. Diógenes, Policial Federal já aposentado; o meu colega, fomos Vereadores juntos em 1989/1990 por Cuiabá, quando ele se elegeu Deputado Federal, José Augusto Curvo, agora pré-candidato a Deputado Estadual, um grande nome para nós aqui da Baixada Cuiabana – não é, Botelho? –; cumprimentar a Dr<sup>a</sup> Sirlei Theis pela palestra; minha amiga Elda Fim, da ONG Moral, em nome de vocês, cumprimento todos os presentes da mesa, e a Doutora também que veio de Brasília nos ofertar aqui uma palestra.

Presidente, o senhor está de parabéns em trazer aqui essa questão para o debate, que é uma questão que aflige a todos, não há ninguém neste ambiente que não tenha conhecimento de um ato de violência contra um familiar seu, um vizinho, ou pelo menos um conhecido. É inaceitável o que acontece com o Brasil em termos de violência, mais de 50 mil homicídios por ano.

Nós estamos vendo estampado, em todos os jornais nacionais da vida, a guerra entre os judeus e os palestinos. Uma guerra que se arrasta aí pelo menos desde a criação do estado de Israel em 1948, e que não está morrendo nem 100 pessoas por ano. Aqui nós estamos assistindo um genocídio, 50, 60 mil brasileiros são assassinados por ano.

Da hora que nós começamos esta Audiência Pública até o final dela, que deverá durar, mais ou menos, 02 horas, 01 mulher será assassinada no Brasil! O Brasil mata 12 mulheres por dia, 01 mulher a cada 02 horas! Então, antes de terminar esta Audiência Pública 01 mulher será assassinada neste País. Isso é inadmissível, é um absurdo! Que sociedade é essa que construímos?

Então, eu não quero me aprofundar muito, quero deixar aqui, Sr. Presidente, algumas provocações ao pessoal do aparelho estatal. A primeira, é parabenizar, porque tivemos aproximadamente 1.350 homicídios em Mato Grosso, em 2014, com uma taxa de crescimento médio de 10%. Se essa taxa fosse mantida, nós teríamos em 2018, 1.800 homicídios em Mato Grosso, aproximadamente. São números aproximados.

Mato Grosso deverá fechar este ano com aproximadamente 800 homicídios! Então, há algo novo no ar, bom, saudável e no caminho certo. De 1.350 assassinatos, em 2014, numa crescente média de 10% ao ano, o Estado está conseguindo reduzir mil vidas neste ano. Mil pessoas estão sendo salvas de homicídios em Mato Grosso pela nova atuação da Polícia Militar, da Polícia Técnica e da Polícia Civil.

Eu quero reconhecer aqui no Parlamento esses números extraordinários, em que pese serem inaceitáveis ainda, mas é um sinal de que se nós mantivermos essa queda, nós em uma década poderemos ter números de países desenvolvidos. Se mantivermos o que foi feito nos últimos 3 ou 4 nos, por mais uma década, iremos entrar em padrões civilizados, porque matar 800 pessoas por ano, 1.800, isso é uma barbárie. Isso é coisa medieval.

Quero deixar as seguintes provocações: as facções. O Comando Vermelho, a Família do Norte, o Primeiro Comando da Capital, dentre outras, já estão em Mato Grosso, especialmente o Comando Vermelho. Essas facções têm ameaçado os membros dos Conselhos Comunitários de Segurança? Tem intimidado? Essa é a primeira pergunta.

Segunda pergunta, aos policiais diretamente, aos dirigentes de nossas polícias: os órgãos de controle têm intimidado as ações dos policiais? Um dia desses, houve a invasão dos conjuntos habitacionais Nico Baracat I, II... Estou vendo aqui o Dr. Alexandre Guedes, ali com o Promotor de Justiça, é importante o senhor estar aqui, Dr. Alexandre Guedes, é muito bom ter a presença do senhor aqui.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Um dia desses houve a invasão dos Conjuntos Habitacionais Nico Baracat I, II e III, e alguém da Caixa Econômica me ligou apavorado, pensando que eu ainda estivesse na Secretaria: “Pelo amor de Deus, tem que acionar o Secretário Gustavo, tem que acionar, a polícia tem que ir para lá, não pode deixar invadir.” E eu acionei, mesmo não estando mais na SECID, eu acionei. O Gustavo falou: “Wilson, a orientação da nossa Corregedoria, nós vamos para lá, estou deslocando doze viaturas agora para o Nico Baracat I, II e III, ali nos fundos do Osmar Cabral, mas meu pessoal não vai tocar em ninguém, não vai encostar em ninguém, nós vamos simplesmente observar a invasão.” Eu falei: como é que é?! Por que você não vai impedir a invasão? É um flagrante, Secretário! “Porque os nossos policiais não aceitam mais sem ordem judicial. Se nós tocarmos num cidadão desses, ele vai rapidamente ao órgão de controle e o policial vai responder pelo resto da vida dele, correndo risco de perder a farda e ir para a cadeia.”

Eu falei: meu Deus! E está lá tudo invadido, 1.244 casas invadidas. A polícia foi e assistiu, a Polícia Federal foi, a Polícia Militar foi, ambas foram e ninguém fez nada para impedir um flagrante de invasão, lá onde 1.244 famílias já foram selecionadas pela prefeitura da Capital. Vão ficar seis meses, um ano, ninguém sabe o que vai acontecer, gasto..., a obra está inacabada.

Então, eu vou fazer uma pergunta: os órgãos de controle estão inibindo a atuação dos agentes policiais? E como isso poderia ser resolvido?

(UM PARTICIPANTE DA PLATEIA QUESTIONA O ORADOR - INAUDÍVEL.)

O SR. WILSON SANTOS - Pois não!

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Por favor, eu gostaria que o senhor falasse no microfone, porque estamos transmitindo pela rádio e pela *TV Assembleia*, por favor.

O SR. JOSÉ MIGUEL - Eu estava no meu trabalho e ligaram para mim oferecendo uma casa no valor de 200 reais. A pergunta que o Deputado fez: onde estão as Forças do Estado para inibir os meliantes. Porque são meliantes. Pessoas pegaram três residências. E o pessoal das facções falou: “Você vai ficar com uma.”

Eu quero dar um alerta aqui, Dr. Jenz, Procurador, se as autoridades não agirem agora, daqui a trinta anos, nós estaremos piores do que o Rio de Janeiro, com uma diferença da geografia, porque a molecada de 15 a 20 anos está entrando para as facções. Estão entrando, e as autoridades não estão fazendo nada, porque o pivô está sentado na cadeira da Presidência do nosso País, são os que dão aval para essas solturas. Foi morto lá em São Paulo um Delegado da Polícia Federal, dentro da residência dele, por causa dessas saidinhas do Dia das Mães e de final de ano.

Então, os senhores que irão sentar nas cadeiras dos Parlamentos, mudem as leis, que é o que precisa neste País: ordem. Eu vejo em nossa bandeira: Ordem e Progresso, eu fico triste, porque eu não vejo aquilo se cumprir, infelizmente.

O SR. WILSON SANTOS - Como é o nome do senhor?

O SR. JOSÉ MIGUEL (FALA FORA DO MICROFONE) - Miguel.

O SR. WILSON SANTOS - Por gentileza, no microfone, só para registrar o nome dele.

O SR. JOSÉ MIGUEL (FALA FORA DO MICROFONE) - Não, você me conhece!

O SR. WILSON SANTOS - Não quer falar.

Bom, essa é uma provocação.

Outra observação que eu acho importante, Presidente, alguém aqui que conhece muito mais do que nós, nós somos leigos nessa área... Esses policiais que são expulsos da Polícia

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Militar, que são expulsos da Polícia Civil, para onde eles vão? Porque eles foram treinados pelo Estado, eles têm competência nessa área. Muitos vão para o crime organizado.

Eu penso que é preciso monitorar esses ex-policiais, porque eles vão se oferecer ao crime organizado, são *experts*, dominam armas, munições, sabem detalhes sobre políticas de segurança e como não têm colocação no mercado acabam indo para grupos organizados do crime. Eu penso que é preciso ter um banco de dados sobre isso.

Por último Sr. Presidente, dizer que, na minha concepção, o grande problema da segurança no Brasil está fora do Brasil. Eu posso estar completamente errado, mas acho que o grande problema da segurança interna do Brasil está fora do Brasil. Está na Bolívia, no Paraguai, na Colômbia e no Peru. Como assim, Wilson, você ficou maluco? Sim!

Porque, mais ou menos, 80% dos crimes Dr. Caio, estão relacionados ao narcotráfico. Esses 4 países juntos produzem quase 90 % da cocaína do mundo e quase 100% da maconha mundial e Mato Grosso, Paraná, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Amazonas e Acre são corredores dessas drogas. Além de transportar de lá para cá, parte fica aqui.

Eu defendo - e aí, como disse, posso estar errado - o endurecimento da política diplomática do Brasil. O Brasil não pode aceitar uma relação comercial diplomática com a Bolívia em que um Presidente chega e, na sua gestão, triplica a área plantada de coca. E nós sabemos que grande parte dessa coca é para ser oferecida aos nossos filhos, aos nossos vizinhos, aos nossos colegas de trabalho. Quase toda essa droga produzida na Bolívia vem para o Brasil, grande parte vai para Copacabana, Ipanema, Barra da Tijuca, São Paulo, Cuiabá, Campo Grande, Goiânia, Brasília, Nordeste. São os nossos filhos, os nossos netos nossos... E continuamos fazendo cara de paisagem, assistindo a Bolívia triplicar, quadruplicar sua área de plantio de coca. Para nós é normal sabendo que isso não é normal, que isso é um absurdo.

A Colômbia, o Peru e o Paraguai juntos...

Parece que é normal abriremos o *site* e lermos: “Mulher foi presa com 100 quilos de maconha; Jovem foi preso com 150 quilos de cocaína; avião despeja sacos de cocaína em fazenda no Pantanal.” É normal! Isso já não chama mais atenção! Isso não nos indigna mais.

Então, Sr. Presidente, na minha concepção, o grande trabalho a ser feito em favor da segurança é endurecer diplomaticamente com os países produtores de maconha e de cocaína, porque 80% dos homicídios do Brasil estão relacionados ao narcotráfico.

Por último, dizer que quando eu era Deputado Federal participei de uma Comissão que foi a Nova York e passamos lá uns 4 dias conhecendo, Dr. Alexandre, um programa chamado “Tolerância Zero”. Nova York havia se perdido nos anos 80 como a capital mais violenta do mundo e, hoje, é uma das capitais mais seguras do mundo. Recebe mais de 40 milhões de turistas por ano. E o que foi feito? O prefeito lá arrumou... Porque o sistema todo prisional e de segurança é municipal. O Rudy Giuliani, do Partido Republicano, ele arrumou, criou o Programa “Tolerância Zero”. O que é o Programa “Tolerância Zero”? É um programa científico baseado em diagnósticos de precisão.

Por exemplo, como lá é permitido fumar nas celas, os presidiários fumam em suas celas - aqui, no Brasil é proibido, mas, também, fumam - o Prefeito tinha, Sr. Presidente, Deputado Eduardo Botelho, mais ou menos, 300 itens que ele controlava na penitenciária.

Quando ele...

Quando o índice, Deputado Tampinha, de entrada de carteiras e maços de cigarro aumentava, exponencialmente, naquela semana, naquele mês, era um sinal de que poderia haver rebelião. Por quê? Havendo rebelião, e os presos sabiam que a polícia iria controlar, mais dia, menos

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.

---

dia, eles seriam isolados e a única coisa que lhes restavam era o cigarro. Então, eles precisavam ter estoque de cigarro para fumar. Até nesse nível eles chegaram.

Por exemplo: Qual é o bairro mais violento? Vamos sugerir o bairro que eu moro, Duque de Caxias. É um exemplo! O bairro mais violento de Cuiabá é o Duque de Caxias. Eles sabem quais são os dias mais violentos: sexta e sábado. E sabem qual o horário mais violento: de 21h até 3h da manhã. Muito bem! Se você sabe qual o bairro mais violento, quais são os dias mais violentos, quais são os horários, o que a polícia de Nova York fazia? Uns 3, 4 dias antes ia para o bairro, enchia o bairro de faixas, os policiais distribuía panfletos nas rádios daquela comunidade avisando que naquele sábado e naquele domingo a polícia estaria ali com 3 tanques de guerra, 50 homens e mulheres fardados dos quais 30 metralhadoras, obus, pistolas. Quer dizer, eles antecipavam e, ao final, homicídio zero, roubo zero. Quer dizer, eles antecipavam, antecipavam, afugentavam a bandidagem, quebravam o planejamento da bandidagem.

Outro detalhe é o delegado de polícia de lá.

Tem algum delegado aqui, por gentileza? Muito bem, Doutor!

Sabem qual é o salário lá? Tem um fixo e o resto é pelo número de crimes desvendados. Não desvendou? Não recebe! Desvendou? Recebe o seu fixo mais o proporcional. Chama-se meritocracia. Não desvendou? Foi para o arquivo, para a gaveta e tem dez, vinte anos? Não receberá. A sociedade quer resultado naquilo.

Então, eu voltei e passei isso para várias pessoas, enfim, mas parece que nada disso serve aqui. Essas experiências, guardadas as devidas proporções e adequando-as às realidades locais, parece-me que nada disso conseguimos entender, compreender ou tocar em frente, mas é uma contribuição modesta que eu deixo.

Parabenizo o Presidente, Deputado Eduardo Botelho! Tenho certeza que esse tema é importantíssimo e todos nós estamos sujeitos à violência.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que sou testemunha da melhora do aparelho estatal nessa área. Tenho visto a elucidação de crimes em uma velocidade inédita em Mato Grosso. Dias desses foi sequestrada uma empresária, da família Falcão Eubank e em menos de 12 horas a família já havia libertado a moção do cativo e todos os meliantes presos.

Nós ficamos felizes quando vemos isso e outros episódios, também! Então, fico muito feliz.

Lembro-me que quando cheguei à Câmara com José Augusto Curvo Tampinha teve aquele episódio, Deputado Eduardo Botelho, dos carros escort azul. Escort azul, escort azul! Tinha um cara que matava as pessoas usando um escort azul. Aí quem tinha escort azul queria vender, mas ninguém queria comprar um escort azul. Houve uma depreciação desse carro e dessa cor.

Foi, realmente, um episódio que marcou o final dos anos 80. Levaram meses para prender o cara. Meses! Hoje, eu não tenho dúvida que é questão de horas. Por quê? Porque a Polícia está melhor equipada; a Polícia está melhor preparada, qualificada, com viaturas modernas, ágeis, rápidas. A POLITEC não é a ideal? Longe disso, mas já melhorou muito!

Ao encerrar a minha fala quero parabenizar o Presidente, Deputado Eduardo Botelho; parabenizar as nossas polícias que não como nós merecemos e nem precisamos, mas a Polícia de Mato Grosso, todas elas, merecem os nossos aplausos. Melhorou muito! Que vocês continuem! Independente de quem será reeleito Governador ou eleito o novo Governador de Mato Grosso, acho que na área da segurança foi encontrado o caminho. O caminho é esse! Não podemos abandonar as metodologias e a priorização que está sendo dada nos últimos anos.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Parabéns a todos!

Muito obrigado, Sr. Presidente! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Obrigado, Deputado Wilson Santos, pela relevante contribuição nesta discussão.

Quero cumprimentar o Presidente do Conselho Deliberativo dos Remanescentes dos Quilombos de Chapada dos Guimarães, Delice Alcides da Silva, pela presença; cumprimentar o Luiz Alves Neto, que também é do Quilombo de Chapada dos Guimarães. Obrigado pela presença!

Quero convidar para compor a mesa conosco o Vereador Neni Chimarrão, de Várzea Grande; o Promotor de Justiça do Ministério Público de Mato Grosso, Dr. Alexandre Guedes. (PALMAS)

Com a palavra o ex-Secretário de Segurança Pública do Estado, Dr. Diógenes Gomes Curado Filho.

O SR. DIÓGENES GOMES CURADO FILHO – Bom dia a todos!

Cumprimentar os Deputados Eduardo Botelho, Marcrean Santos e Wilson Santos, que resgatou o nosso tempo de faculdade; o Dr. Alexandre Guedes, que também é da mesma época, não o reconheci por causa da barba. Está disfarçado. É um prazer revê-los!

Cumprimentar todo o dispositivo em nome da Sr<sup>a</sup> Shirley Theis, que resgatou... Eu não vim aqui nem para falar, não me preparei para isso, eu vim para rever os amigos, a Sr<sup>a</sup> Shirley me falou que iria ter este evento. Eu acho importante este evento e vim aqui para rever os amigos.

Por isso, é importante trabalhar e conversar sobre isso, porque muitos aqui, em 2008, quando fui para a Secretaria de Segurança Pública, já trabalhavam com CONSEGs. Então, há necessidade de se ter mais participação em relação aos Conselhos Comunitários de Segurança.

Em 2008, quando fui para a Secretaria de Segurança Pública, eu era Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado, antes de assumir, ainda estava naqueles trâmites para fazer a minha inserção ao Governo do Estado, eu fui fazendo algumas visitas das unidades, bases comunitárias e a preocupação minha, naquela época, era o que eles iam perguntar; quais seriam as minhas ações relacionadas ao tráfico de fronteira, tráfico de drogas, crime organizado, porque esse era o trabalho que eu desenvolvia na instituição da Polícia Federal.

Em todos os lugares que ia a pergunta era: “o que o senhor vai fazer com relação aos CONSEGs”? Antes de entrar para a Segurança Pública eu já via a importância que tinha os CONSEGs em relação à Segurança Pública. Logo naquele início, eu fui estabelecendo aquele diálogo, que eu acho importante, nós estabelecemos esse diálogo, começamos a ver a importância dos CONSEGs para as instituições policiais.

Na verdade, os Conselhos Comunitários de Segurança nada mais faz do que cumprir o dispositivo constitucional que diz que a segurança é de todos. A segurança pública não é da Polícia Militar, somente isso, da Polícia Civil, segurança pública é responsabilidade de todos. Isso aí está na Constituição.

Então, quando você estimula os CONSEGs, Conselhos Comunitários de Segurança, nada mais faz do que cumprir o dispositivo constitucional.

Depois que eu saí não conversei mais sobre esse assunto, um dos grandes prazeres que eu tive nesse tempo que fiquei na Segurança Pública foi esse trabalho que fizemos junto aos Conselhos Comunitários de Segurança, a importância que teve isso para a Segurança Pública.

O Deputado Eduardo Botelho fez uma pergunta para a Shirley sobre o que mudou isso, se tem como mensurar.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

A atividade dos Conselhos Comunitários de Segurança é muito preventiva mesmo, trabalha muito essa questão de prevenção primária, no apoio que faz a instituição. Mas eu posso citar dois exemplos aqui de atividades que foram desenvolvidas junto aos CONSEGs que mudou o panorama em relação à segurança pública: no Bairro Pedregal nós tínhamos, ainda temos, uma rua complicada. Saindo do Pedregal para entrar na Miguel Sutil você passava por ela e víamos como era o tráfico ali. Uma das primeiras bases comunitárias que visitei, fiz até um evento lá foi do Pedregal e o Conselho Comunitário de Segurança falou sobre essa situação. Resolveu? Não resolveu.

Se achamos que vamos resolver a questão do tráfico de drogas, vamos estar nos iludindo. Mas nós colocamos uma câmera ali. Foi um fato até interessante, colocaram um poste ali, eles derrubaram o poste, aí fomos lá e colocamos um poste maior, melhor, derrubaram aquele poste também, até que colocaram um que quem passa ali vê como é o concreto ali que não tinha mais como derrubar.

Eu acho que o Deputado Marcrean lembra muito bem dessas situações.

Outro fato que foi muito interessante, numa visita no Bairro Ribeirão do Lipa, falando com os CONSEGs-Conselhos Comunitários de Segurança, eles falaram: “Tem a questão de uma quadra que é necessária aqui junto à base comunitária para que possamos fazer as atividades de prevenção junto à comunidade na área da segurança pública”, e havia uma promessa do Governo de se construir aquela quadra.

Por conta desse diálogo e dessa situação, fomos ao Governo e ele confirmou que havia essa promessa e foi viabilizada a construção dessa quadra. Essa quadra está lá e tem ajudado muito a comunidade.

Então, essa questão dos Conselhos Comunitários de Segurança foi uma coisa que passou todo o meu período de cinco anos.

Em 2010 colocamos um plano de ação que era a criação de um Conselho Comunitário de Segurança em cada município do Estado de Mato Grosso. Dos 141 municípios, o último que inauguramos, Rondolândia... Engraçado, porque depois até falaram isso nos discursos posteriores, foi um evento, uma iniciativa de uma diretora de escola. O município não é muito grande, deve ter os seus quatro mil habitantes e a diretora da escola foi muito contundente sobre o problema de drogas naquela escola.

Então nós vimos que é uma realidade que precisamos ter. É importante que a comunidade tenha diálogo com a segurança pública para mudar aquilo ali, para ajudar o cidadão, para ajudar aquela senhora que mora do lado de um local de tráfico e o filho dela é cooptado pelo tráfico. É importante que haja esse diálogo.

O Deputado Wilson Santos, em sua fala, pontuou várias questões que são importantes na área da segurança pública. Mas eu acho que o foco agora, aqui, é tratar essa questão de como o cidadão pode ajudar a segurança pública, pode ajudar o Governo dentro dessas questões.

É muito mais fácil você ter lá o Conselho Comunitário de Segurança vendo os problemas do bairro, vendo os problemas de uma cidade pequena, conversando com as unidades policiais do bairro ou dessa cidade ou conversando também com a Secretaria de Segurança Pública, com os comandos regionais, que sejam, para trazer esses problemas e que eles sejam resolvidos de forma conjunta da população com a segurança pública.

O nome disso aí é muito claro, chama-se o exercício da cidadania.

Numa conversa no final de semana sobre cidadania, falava-se: “a população não sabe o que é cidadania”. Creio que é por aí mesmo. Ela não tem essa dimensão do que é cidadania, de quais são seus direitos e o que ele precisa fazer.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Então, é importante que haja essa orientação ao cidadão, para que ele veja quais são seus direitos, quais são suas responsabilidades, porque não são só direitos. Isso é muito importante.

Conselhos Comunitários de Segurança. Vimos que teve uma questão do decreto, que foi do governo, temos um projeto de lei que está tramitando, o que falta aqui é só dialogo, é conversa. Se houve algum problema com relação ao Decreto, é porque faltou um pouco esse dialogo.

Eu acho importante, e essa é minha sugestão, que os conselhos comunitários se reúnam, definam um grupo para se discutir isso e esse grupo que possa fazer os ajustes que acham serem necessários ao Projeto de Lei ou Decreto que seja, para que seja feito isso.

Isso é o básico do básico. Tem que ter o dialogo, porque a segurança pública não pode ficar isolada sem que a população a ajude, sem que a população possa chegar a ela e mostrar os problemas que têm ali em relação ao bairro, ao cidadão. Então, é importante que haja realmente esse diálogo, isso é o básico que se pode dizer em relação a essa questão dos CONSEGS.

A Dr<sup>a</sup> Shirley falou muito bem com relação à questão informal quanto aos Conselhos Comunitários de Segurança.

Primeiro, a constituição do conselho, que isso seja registrado em Cartório, que a Ata de eleição também seja registrada, para que tenha legitimidade em relação a isso, mas é necessário também outra legitimidade, que é o reconhecimento de segurança pública.

Então, são dois momentos que devem ser feitos e para isso é necessário que haja essa capacitação mesmo para que as pessoas entendam direito como é essa questão formal. Então, é importante que haja projeto com relação a isso.

Eu vejo o nome para esta Casa, que é a Casa do Cidadão, e aqui é realmente a Casa do Cidadão, é importante que o Executivo trabalhe muito essa questão da cidadania.

Vimos ali no Tribunal de Contas projetos chamados Consciência Cidadã, que fazem capacitação com a população com relação a seus direitos, etc. e onde a população pode atuar, e tem se colocado muito sobre a questão do orçamento. Então, é importante que o Executivo também tenha projeto nesse sentido, talvez criando segmentos para que possa ajudar a população a ver seus direitos e ver onde ela pode atuar.

Eu termino agradecendo e dizendo que é um prazer estar aqui com vocês novamente nesta Audiência Pública, rever as pessoas com quem trabalhei durante muito tempo, eu estou vendo a Mac Suellen, que estava no CPA, e agora está em Barão de Melgaço.

Tem uma Base Comunitária em meu bairro, no Bosque da Saúde, que a Presidente é a mesma de 2008, quando eu fui para a Secretaria de Segurança Pública.

Eu vejo como muito importante essa participação e vejo que tem que se ampliar mais essa participação.

Muito obrigado. Bom dia a todos e que possamos continuar com esse diálogo.

Muito obrigado.

A SR<sup>a</sup> JANETH APARECIDA STERSA – Bom dia a todos!

O meu nome é Janeth Aparecida Stersa, sou Diretora Metropolitana da União, sou Presidente do Bairro Residencial Paiaguás, sou Presidente do Clube de Mães Sinhá Maria, sou Presidente do Grupo dos Idosos também, sou Secretária do Conselho de Segurança da Base do Jardim Vitória e por aí vai.

Dr. Diógenes, quando o senhor era Secretário de Segurança Pública, o que muito nos honrou, e hoje eu disse ao senhor que o senhor pode ter certeza que é com muito orgulho que nós dizemos que o senhor desempenhou o seu papel dignamente e reconheceu todos os Conselhos de

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Segurança, foi nosso parceiro, mas muitos comentaram: por que não tínhamos derrubado o Decreto antes?

Vou responder por que, porque a Polícia Militar era nossa parceira, a Polícia Judicial Civil era nossa parceira, a Secretaria de Segurança Pública era nossa parceira e a Coordenadoria de Polícia Comunitária era nossa parceira.

Para nós, não tinha problema, não existia divisor de águas. Pelo contrário, somava-se. Os melhores cursos de capacitação foram na sua gestão e do Dr. Alexandre Bustamante.

Tivemos cursos maravilhosos, participamos de simpósios, seminários, fomos devidamente qualificados para a função que íamos exercer perante as nossas comunidades.

Infelizmente, na atual gestão, depois do Galindo, houve uma quebra em relação aos Conselhos de Segurança. Por quê? Porque começamos a colocar as nossas opiniões, começamos a debater o que era melhor para a sociedade.

Para reformar a base do Jardim Vitória, eu que sou uma Promotora Legal Popular, passei um ano fazendo cursos me qualificando, fui ao Ministério Público e denunciei a reforma, porque estava caindo na cabeça, não tinha condições dos policiais trabalharem.

Nós hoje não somos considerados como parceiros, somos considerados aqueles hoje quase em um lado de inimizade, porque nós estamos buscando um direito consagrado pela Constituição, o direito... Como o senhor disse: “segurança é dever de todos!” Mas nós, enquanto Conselho de Segurança, o nosso Estatuto no diz que, doa a quem doer, temos que cobrar aquilo que é nosso por direito e de fato. Temos cobrado isso. Mas partir do momento em que você passa a não concordar, você não é mais aquela pessoa bem quista.

Digo ao senhor, e digo com toda a clareza para todos que estão aqui, que nós, enquanto comunidade, trabalhamos com a prevenção.

O Deputado Eduardo Botelho perguntou o que os projetos mudariam e o senhor me respondeu a respeito.

Direi ao senhor: tivemos um projeto com a Polícia Judiciária Civil e esse projeto só beneficiou a comunidade, e ele ainda pode voltar, porque estamos há muito tempo batalhando para que esse projeto volte para a base do Jardim Vitória, chamado Quatro Estações. Ele atendeu todos os 22 bairros que é a base do Jardim Vitória atende.

Nós temos o Projeto Bombeiro do Futuro, que o nosso bairro foi beneficiado por meio dele.

Agente ambiental Mirim. O que fizeram? PROERD de Cara Limpa Contra as Drogas? A primeira coisa que fizeram foi cortar as verbas dos projetos que trabalhavam junto com a comunidade e na prevenção da comunidade.

Isso eu não falo por mim, não. Estão os representantes aqui que podem dizer isso melhor do que eu. Tem o Sr. Ademar aqui, que trabalha com a comunidade.

Enquanto não se trabalhar com a comunidade, não se fizer o resgate da família, não ir *in loco* para conhecer a realidade de cada comunidade, vai continuar do jeito que está e as coisas acontecendo.

A Polícia, infelizmente, não tem mais como trabalhar, porque, igual ao que o Deputado Wilson Santos falou, ela não pode mais tocar em ninguém, porque senão responde a processo.

Então, a comunidade é fundamental. Vossa Excelência pode ter certeza que nós estamos lutando por uma lei que regulamente os conselhos e nos dê condições de buscar verba também para podermos fazer os trabalhos preventivos.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Muito obrigada. (PALMAS)

O SR. DIÓGENES GOMES CURADO FILHO –Janete, você lembrou a base comunitária do Jardim Vitória, eu me lembro, era uma das bases comunitárias mais atuantes e tinha alguns projetos interessantes, até as unidades, praticamente todas, estavam postadas ali, e tinha esse Projeto Quatro Estações, eu lembro que era até uma senhora da Polícia Judiciária Civil que tocou esse projeto inclusive com recurso federal, e tocou esse projeto de prevenção muito interessante; Bombeiro do Futuro foi um projeto também muito interessante, que trabalhou também com as CONSEGS, com as unidades, etc.

Então, eu vejo que nós precisamos resgatar essas questões, porque são modelos realmente. Dessa questão do decreto, eu acho que é um diálogo que precisa estabelecer com a população, assim, é a minha opinião. É obrigação nossa estabelecer esse diálogo. Obrigação nossa, obrigação do Governo estabelecer esse diálogo com a população.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Obrigado, Dr. Diógenes Curado, obrigado a Dona Janete pela participação também.

Só fazendo um adendo, não foi isso que eu disse, a pergunta que eu fiz foi: eu queria dados da Secretaria, se está monitorando os resultados que estão sendo produzidos pelos Conselhos, até para justificar investimentos, um trabalho mais amplo.

Para dar prosseguimento, como há muitos inscritos, eu queria fazer o seguinte: eu vou estabelecer ao pessoal da mesa 05 minutos e ao pessoal da plateia, 03. Estou sendo injusto ou está bom?

(A PLATEIA RESPONDE: “ESTÁ BOM!”)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Está bom? Então, beleza! Então, vamos ouvir o Deputado Marcrean Santos.

O SR. MARCREAN SANTOS – Bom dia a todos!

Quero cumprimentar o nosso Deputado Eduardo Botelho, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, o nosso líder, companheiro e irmão, Deputado Wilson Santos; José Augusto Curvo, Assessor Especial do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação; Dr. Lúcio Andrade, Ouvidor-Geral do Estado, neste ato representando o Dr. Silvio Jeferson de Santana, Defensor Público-Geral do Estado de Mato Grosso; Dr<sup>a</sup> Sirlei Theis, Assessora Jurídica da Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso; Cley Celestino Batista, Delegado Regional da Polícia Judiciária Civil; Wagner Ribeiro Machado, Superintendente substituto da Polícia Rodoviária Federal do Estado de Mato Grosso; Coronel Jorge de Magalhães, neste ato representando o Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso; Flávia Portela, Presidente da Federação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública do Distrito Federal; Valdir Farinha, Presidente da Federação do Conselhos Comunitários de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso; Danilo Moraes, Presidente da União de Conselhos Comunitários de Segurança Pública da Sociedade Civil Organizada; Dr. Diógenes Curado, Advogado e ex-Secretário de Segurança Pública; Dr. Alexandre de Matos Guedes, Promotor de Justiça do Ministério Público; e Neni Chimarrão, Vereador de Várzea Grande.

Companheiros, para nós é uma alegria muito grande estar aqui nesta Audiência Pública, até porque eu sou filho da comunidade do Bairro Pedregal, um dos bairros que foi citado e tem uma história de combate aos entorpecentes, de resgate à credibilidade não só do Pedregal, mas da Região Leste, nós trabalhamos em Cuiabá com muitos Conselhos de Segurança.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Fui Presidente do Conselho de Segurança por 07 anos no Bairro Pedregal, a companhia do Pedregal, parece-me, foi a terceira ou a quarta construída em regime de mutirão, no qual nós arrecadamos 38 mil reais na época e construímos com os presidentes de bairros circunvizinhos: Chico, do Leblon; Sandra Gasparetto, minha amiga que está aqui; o Presidente do Bosque da Saúde; Presidente do Bairro Jardim Itália, enfim, fizemos um trabalho comunitário como sempre gostamos e fizemos.

Pedregal tem duas histórias: uma antes da inauguração da Companhia de Polícia em abril de 2001, e outra após a inauguração de abril de 2001. Foi inaugurado no Governo do finado Dante de Oliveira, na construção daquela companhia, na semana da construção, eu fui ameaçado de morte, diziam que nós não iríamos inaugurar aquela companhia, porque era um dos bairros caracterizados como um dos mais violentos de Cuiabá, onde matava um e programava para matar mais dois. O uso de entorpecentes era muito grande, mas eu disse naquele momento que Deus permitiu construir e iria permitir a inauguração ou com a minha pessoa ou com outra, mas iria ser inaugurada aquela companhia ali, porque Deus já tinha permitido a construção.

A ida da Polícia para ali era para manter o controle e a ordem. A polícia não estaria indo para bater, para espancar etc., era para restabelecer a ordem e fazer o trabalho social. Mas, naquele momento... Quero utilizar, se permitir a Sandra Gasparetto, porque nós temos uma ligação muito boa, ela e o seu esposo, que fazem um trabalho muito bom, e os demais Presidentes de Conselho que estão aqui, que estamos vendo aqui.

Naquela época, Sandra, realmente dava gosto trabalhar como Presidente de Conselho de Segurança, vamos dizer assim, que todos são líderes nato graças a Deus, mas naquele momento, dava gosto trabalhar, porque realmente existia a Polícia Comunitária. Hoje não existe mais Polícia Comunitária. Existe o nome de polícia, mas a essência de Polícia Comunitária acabou. Não tem Polícia Comunitária mais hoje. (PALMAS)

Se pegar um resultado da população Polícia/Governo quando estabeleceu as implantações das Polícias Comunitárias nos Governos Dante de Oliveira, Blairo Maggi, os demais que vieram depois... O projeto da Polícia Comunitária era progredir no Estado de Mato Grosso, Deputado Eduardo Botelho, e houve uma regressão. Chegou ao ápice do sucesso da participação do movimento comunitário em relação às ações preventivas com a Polícia.

Isso teve um resultado enorme, mas infelizmente provocou um ciúme enorme no meio da corporação, foi uma minoria talvez de coronéis ou talvez de quem estava comandando a instituição que não gostou de ver Presidente de Bairro e Presidente de Conselho de Segurança dando pitaco, vamos dizer assim, participando das reuniões e falando como que poderia fazer, como que não poderia, porque o modelo tradicional não permite a sociedade opinar nas decisões da polícia.

Mas, os melhores resultados, quero aqui falar e não tenho dúvida, foram quando o movimento comunitário realmente participava efetivamente. Não para decidir o que a Polícia tinha que fazer, mas para contribuir com as ações de grande uso de entorpecentes, vandalismo, depredação, destruição.

Eu só vou falar um dado... Quero pedir a permissão da Presidência, que um minuto, se eu for concluir, não vai dar tempo para eu falar o que eu tenho aqui guardado na “caçoleta”.

Então, o que acontece? Até os horários, Presidente, de combate ao entorpecente é fácil de saber. Eu não sou policial, mas eu desafio qualquer um que me colocar ao lado para falar, porque eu estou falando com propriedade, os horários é: após as 19h, 20h nos bairros de grande fluxo de drogas, as madrugadas, feriados e finais de semana. Nos finais de semana, o movimento

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

aumenta o dobro nas comunidades que têm um grande uso de droga. No feriado... Isso aí é pessoa de alta sociedade que vai ao Pedregal comprar droga, não pense vocês aqui que é gente de baixa renda não.

Eu conheço ali pessoas de alta sociedade que eu não tenho coragem nem de falar o nome, de onde elas são, e que vai lá. Há médico viciado em droga, autoridade de alto escalão, gente que manda comprar droga tarde da noite ali, entendeu? Eu sou filho dali, e o povo me fala, eu tenho até filmagem de carro de autoridade de grande escalão que manda comprar droga ali no Pedregal.

E aí, as mulas que ficam ali, os escravos dos entorpecentes, muitas vezes sendo escravos... Cooptando os adolescentes, a juventude para entrar nesse mundo dos entorpecentes. A primeira câmara instalada no Pedregal, na Rua 7, foi no comando do Dr. Diógenes Curado, que nós estivemos lá pedindo e colocou, mas não resolveu o problema, só transferiu o problema de local.

Para a comunidade da Rua 7, foi uma maravilha, revitalizou, eles não estão lá, mas estão onde? Onde que estão aqueles usuários de droga? Nós temos uma proposta aqui, Presidente, para o senhor estar junto, e não deixar esquecer aqui de falar com o nosso Promotor que está aqui. No dia 25, às 9h, nós temos uma Audiência Pública para debater a construção do centro de tratamento para dependentes químicos aqui em Cuiabá, mas com qualificação, desintoxicação e com geração de emprego e renda.

Não adianta você querer combater o traficante, o usuário de droga com polícia, esse problema não é com polícia (PALMAS). É um problema de resgate a vida, mas com médico, é um problema social, Presidente.

Estive conversando com o nosso Governador Pedro Taques falando do projeto, e o problema de polícia nas fronteiras... Igual o nosso Deputado Wilson Santos falou, o Governo Federal tem que combater essas fronteiras secas, mas os problemas dos escravos da droga... Eu perdi 03 primos assassinados no Pedregal.

Eu sei a dor de um pai, de uma mãe que tem os seus filhos nesse mundo escravizados pelo entorpecente. Eu sei o que uma mãe passa quando o filho está dominado pelo entorpecente. E essa prisão, Dr. Alexandre, tem que ser compulsória, porque quando o cidadão entra na abstinência, ele não tem condições psicológicas, mental para decidir o que ele quer não. O que ele quer é fumar, fumar e fumar.

Eu conheço uma família no Bairro Pedregal que a mãe chegou chorando: “Pelo amor de Deus, Vereador, manda prender o meu filho.”. Eu ia ao Comando da Polícia, à época, o Capitão Rodrigues, que hoje é Coronel, é nosso amigo, falou: “Marcrean, vou prender e levar para onde? Vou prender de que jeito? Ele é um usuário! Eu não tenho mecanismo legal para manter a prisão dele.”.

Mas ele fuma o bujão de gás, ele fuma uma cadeira de fio, ele fuma uma roupa, ele fuma tudo que vai vendo de pequenas coisas e vai furtando na rua. Ele fica 03, 04 dias na rua furtando e consumindo! Esse é um exemplo de milhares que estão na cracolândia.

O Governo tem que tratar desse povo, é saúde pública, não é de polícia, não. Esse povo precisa de tratamento (PALMAS). Muitos defendem essa bandeira, porque esse povo não vota, não tem documento, está com relógio na perna, anda com relógio digital na perna agora para controlar.

Aí o que é que acontece? O nosso projeto prevê o que? A construção de um centro de tratamento com convênio com as faculdades para os médicos, nos finais dos cursos, fazerem seus estágios de psicólogo, clínico, para desintoxicar.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Afinal, dependendo do tempo de uso de uma pessoa que usa entorpecente, ele fica, Dr. Alexandre, até 05 anos para ser desintoxicado. Qual foi a droga que ele usou? Crack, maconha, cola de sapateiro.

Eu tenho uma família no Bairro Pedregal que, eu falo para o senhor, levo lá e mostro, um filho da mulher já morreu por desestrutura familiar, Presidente, e o outro anda quase de quatro na rua perambulando, porque a cola de sapateiro e a maconha cozinham o miolo dele. Ele não sabe quem ele é, para onde ele quer ir, a única coisa que ele faz é sair catando bituca de cigarro e sair comendo e mastigando.

A droga destrói qualquer sonho de qualquer cidadão. Ela destrói qualquer família, ela acaba com qualquer prazer de qualquer família. Quando não vai para cadeia, vira escravo. Quando não vira escravo, está no cemitério. A dor não é só para quem está com ela, a dor é dos parentes que estão ali lutando.

Eu tenho alguns parentes que perderam os filhos, foram presos e, quando saíram da cadeia, os bandidos falaram: “Se você ficar no Pedregal, você morre.”. Ele achou que tinha pagado a pena... Mataram os 03, um matou e tocou fogo no bairro Imperial. Eu não tenho vergonha de falar, não.

Então, o que é que temos que fazer? Esse projeto prevê tratamento médico, convênio com o SENAI e SENAC para dar cursos profissionalizantes durante o período de tratamento. Posterior a isso, o Governo tem que gerar emprego por meio de renúncia fiscal das empresas que absorverem essa pessoa que será resgatada, tratada, curada e devolvida para o seio da família e da sociedade como um novo cidadão, ou por meio da máquina pública, que é muito grande, para que ele possa ficar na máquina como estagiário durante 08 anos.

O senhor sabe o que muitos me fala quando saem da cadeia, Promotor: “Eu saio da cadeia, Marcrean Santos, procuro emprego, quando alguém olha meu currículo e vê lá ex-presidiário, já acabou o emprego”, e quem quer essa pessoa de volta? A única organização que aceita esse cidadão de volta é só o mundo do crime, “vamos para Bolívia buscar 20 quilos de maconha e te daremos 05 mil reais para você”, “toma um 38 aqui e vamos fazer um assalto hoje à noite”.

Os empresários excluem essas pessoas, a sociedade tem medo, porque ele é um ex-presidiário que vivia no mundo da droga, a família fica com medo de ele não ter regenerado ainda, fica com temor de ele voltar... Mas ele tem uma família e, acima de tudo, tem uma vida. Uma vida não tem preço, nós não podemos excluir ninguém, porque ele é usuário de drogas.

Agora, para o traficante, tem que ser o rigor da lei; o escravo tem que ser tratado, e tratado com dignidade, recuperado e devolvido para o seio da sociedade. (PALMAS)

Eu quero encerrar minha fala convidando vocês para, no dia 25, nos ajudarem, não é um projeto fácil, nós precisamos levar para o Governo do Estado, já conversei com ele, enxugar esse projeto para que o centro de tratamento de dependente químico seja implantado em Cuiabá. E nós podemos usar, Presidente, até algumas estruturas do Governo que estão meio ociosas para implantar o mais rápido possível e dar dignidade a essas pessoas.

Eu agradeço a Deus e o tempo excedido, a vocês que nos ouviram, e quero dizer que pode contar comigo nessa luta do movimento comunitário, nós faremos uma Moção de Aplausos em respeito ao trabalho desses líderes que incansavelmente trabalham de forma voluntária, correndo risco de vida e que só tem dever, direito até agora nada, nada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Obrigado, Deputado Marcrean Santos, pela participação.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Eu vou intercalar agora, vamos chamar um da plateia, lembrando que são 03 minutos.

Com a palavra, Sr. Amauri Pereira, Presidente do Bairro Ouro Fino e Presidente do CONSEG da base de Três Barras (AUSENTE). Com a palavra, Sr. Ademar Torres de Almeida, Investigador de Polícia.

O SR. ADEMAR TORRES DE ALMEIDA – Bom dia, Deputado Eduardo Botelho, em nome de Vossa Excelência, cumprimento todo o dispositivo e meus colegas do Conselho de Segurança Pública e demais parceiros.

Gostaria, inicialmente, Deputado, de resgatar um pouco da fala do senhor no início quando falou que ações os conselhos de segurança têm feito junto com as Polícias.

Então, eu atuo na polícia comunitária há mais de 05 anos e nós temos feito um trabalho com vários atores sociais, com vários presidentes de CONSEGS. Por exemplo, o Danilo, lá em Várzea Grande, nós ficamos nos cinemas, nos bairros... No Bairro São Mateus, na época que houve uma chacina no bairro, e seis pessoas morreram em um bar, na semana seguinte, nós estávamos dentro daquele bairro, realizando um cinema comunitário, envolvendo todas as forças de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, a Guarda Municipal, que se faz presente aqui também, enfim, levamos para aquele bairro, não só a sensação de segurança, mas a possibilidade de que se vários atores sociais estiverem juntos, nós vamos minimizar os problemas de segurança pública.

Como foi dito pelo Deputado Wilson Santos, Nova Iorque resolveu os problemas da criminalidade. Sabe como Nova Iorque resolveu? Não foi somente com a Tolerância Zero, foi com a política de policiamento comunitário, polícia de proximidade. Nova Iorque envolveu vários segmentos da sociedade, não era só a figura da polícia, mas os atores sociais que envolvem na perspectiva da segurança pública.

Deputado Eduardo Botelho, eu vou encaminhar a Vossa Excelência os relatórios de atividades da Polícia Comunitária e da Polícia Civil que contemplam diversas ações de prevenção que fizemos com a Marc Suellen, que vamos fazer com a Dona Janeth, que estamos fazendo com a Dona Chica, no CONSEG do Jardim Vitória, que vamos fazer lá no CONSEG onde o Sr. Pedrão está, lá no Bairro Jardim Cuiabá, onde nós já fizemos, e uma infinidade... No Pedra 90, onde estamos atuando, com a nossa amiga que agora saiu de Peixoto de Azevedo e parece que está em Nova Bandeirantes, onde nós fomos falar para os alunos na escola, atuando na perspectiva da prevenção primária.

Então, o momento é importante e que o debate não saia dessa linha. Hoje, a Polícia Judiciária Civil, a Polícia Militar, a Guarda Municipal, ou seja, a sociedade como um todo precisa que esta Casa de Leis trabalhe, como o Dr. Diógenes falou, que estabeleça um diálogo, que estabeleça uma proximidade e se aprove logo um dispositivo de lei, que seja uma lei complementar, que seja um decreto, enfim, mas que estabeleça que a sociedade civil organizada não sofra esse controle externo que atualmente vem acontecendo...(PALMAS)... E isso nós, enquanto profissionais de segurança pública, dependemos exclusivamente da sociedade.

Eu estava numa palestra num bairro, quando criei a proximidade com um aluno, e o aluno chegou e falou para mim: “Tio, olha, semana passada eu desci pela rua, o cara de um táxi estava oferecendo droga para mim e para minha mãe.” No mesmo momento, eu informei a delegacia da área e foi feita a prisão, ou seja, é mais barato para o Estado nós termos a sociedade do nosso lado, porque o manancial de informação é maior do que você recorrer ao Judiciário, por exemplo, para pedir uma quebra de sigilo telefônico, uma busca e apreensão, sendo que a sociedade é parceira. É esse o diálogo, e é esse o apelo que eu faço aqui nesta Casa de Leis, no sentido de que as

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.

---

experiências são exitosas do ponto de vista da prevenção primária, porque os conselhos não podem atuar como polícia, não tem poder de polícia, mas eles são essenciais à atividade policial, sem eles não conseguimos estabelecer uma proximidade e um diálogo nas escolas.

Nesta semana, eu tive o prazer de entrar para uma palestra para trabalhar sobre *cyberbullying* numa escola no Pascoal Ramos, e estavam do meu lado o Presidente do CONSEG do Pedra 90 e do outro um membro do Conselho Tutelar. Eles potencializaram aquilo que eu queria falar e deram legitimidade para aquilo que nós precisávamos.

Nesse sentido, o apelo que eu faço, para finalizar, é que esta Casa de Leis consiga definir, por meio de lei, ou qualquer mecanismo que traga para o nosso lado todos esses parceiros que estão aqui neste momento, e o Estado precisa disso.

Trinta segundos apenas para finalizar.

No ano passado, foi dito a respeito do quantitativo de jovens que estão presos. Nós temos um terço da população do Brasil... da população carcerária, que está nos presídios por conta do tráfico de drogas. Mato Grosso hoje tem 26%, são dados relacionados, saiu num portal de notícias. Na grande maioria, são jovens que se quer terminaram o ensino fundamental, que se quer alguém foi lá e disse para eles: faça uma boa escolha na sua vida.

Hoje a sociedade civil e o poder constituído têm que trabalhar de forma proativa, e essa proatividade só se estabelece com parcerias com a sociedade civil para minimizarmos os índices de violência, sobretudo as drogas.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Obrigado, Ademar, pela participação, explicou claramente a importância dos conselhos.

Com a palavra, o Promotor Dr. Alexandre Guedes.

O SR. ALEXANDRE GUEDES - Bom dia a todos!

Gostaria de saudar a mesa na pessoa do Presidente Eduardo Botelho - e agora o Deputado Marcrean Santos assumindo - e de cumprimentar todos vocês que estão nos ouvindo.

Bom, até foi feita uma pergunta quando eu cheguei: “Doutor, o senhor é Promotor da Cidadania, o senhor cuida de segurança pública”? Sim, porque cidadania tem tudo a ver com segurança pública. Na Promotoria nós não cuidamos das questões criminais, quer dizer, do crime em si mesmo, dos crimes específicos, mas nós tentamos dar alguma atuação, a garantia, a fiscalização das políticas de segurança pública.

Então, nós atuamos um pouco nessa questão dos CONSEGs com o decreto. A Assembleia Legislativa fez, aliás, um bom papel cassando o decreto. Na medida em que o Estado não pode controlar as instituições privadas, muito menos por decreto. Então, era uma coisa que já estava muito clara para nós. Se o CONSEG é uma instituição privada, não pode haver dominância governamental sobre uma entidade privada, ainda mais por decreto. Então, nós atuamos um pouco nisso, nós também temos algumas ações para reformar o IML; para reformar o complexo da POLITEC; para conseguir mais insumos para a POLITEC. Acabamos de entrar com uma ação para o Estado fazer um concurso para médicos que façam os laudos e periculosidades, tanto dos reeducandos quanto para aqueles que estão sendo processados, entre outras situações; reformas do SISC Planalto também e mais algumas coisas.

A questão que me trouxe aqui - eu gosto de debater segurança pública - é que nós precisamos, nós estamos num ponto muito claro do Brasil em que se nós não começarmos a atuar, daqui a pouco nós vamos virar um... Nós não viramos ainda, mas nós vamos virar um lugar onde o linchamento será uma regra. Todo mundo vai querer fazer justiça com as próprias mãos e, na

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

verdade, não é justiça, o que a pessoa faz com as próprias mãos é impor sua vontade. Então, haverá a lei do mais forte. É simplesmente isso. E quando eu falo a lei do mais forte é: aquele que está com uma arma na mão no momento vai querer impor sua vontade de qualquer maneira. E aí vai virar realmente uma sociedade... Não haverá mais civilização, haverá bandos, haverá clãs, vai se desfazer a estrutura da sociedade.

Então, temos que colocar bem isso.

A segurança pública é uma das funções primordiais de qualquer Estado, aliás, as pessoas se juntaram para ter segurança, até mesmo os neoliberais reconhecem que a segurança pública tem que ser custeada pelo Estado, que é uma das funções do Estado, claro que da maneira deles, mas até eles reconhecem isso. Mas hoje a segurança pública está sob um risco muito grande.

Pena que o ex-Deputado Federal José Augusto da Silva Curvo saiu, mas o problema é o seguinte: hoje o financiamento da segurança pública está em risco com a questão da emenda federal do teto de gastos.

Acabou-se de criar no Parlamento um sistema único de segurança pública. Para um sistema único de segurança, como acontece no sistema de saúde, é a União Federal que tem que fazer grande parte desse financiamento.

Mas com o teto de gastos, como funciona?

Segurança pública não é barata. A intervenção no Rio de Janeiro está custando bilhões e bilhões e até agora ninguém sabe de onde vai sair esses bilhões e bilhões, porque há um teto de gastos e, se há um teto de gastos, terá que tirar de algum lugar. De onde tirará? Esse é um ponto que precisa ser muito claro.

Então, hoje, as políticas de segurança pública estão sob risco da questão do teto de gastos.

Não que sejamos contra a responsabilidade fiscal. Não é isso. Mas há atividades que precisam ser trabalhadas porque elas são básicas e têm que aumentar, que são segurança pública, saúde e educação, o tripé do que o Estado deve fazer e, como acabamos de ver, essas são complementares. Eu preciso de saúde e de educação para conseguir uma adequada segurança pública.

A segurança pública não vem das grades ou dos alarmes, ela vem dos fatos de que as pessoas saibam que se entrarem serão presas. Não é o tamanho da pena, mas a garantia da impunidade que faz o crime cair. Se ela souber que será presa necessariamente, necessariamente ela não cumprirá. Então, isso é importante.

A questão da segurança pública também precisa ser trabalhada.

Nós falamos muito de Nova York, o Deputado Wilson Santos falou da sua experiência, e foi mencionado aqui, mas o ponto central é o seguinte: em Nova York e em outros lugares, como Detroit, por exemplo, que é uma cidade que está com uma grande crise econômica, e lá tem terrenos baldios, coisas abandonadas, uma cidade meio fantasma, vamos dizer assim, do que já foi no passado, quanto à segurança territorial, você tem um distrito com ciclo completo e lá tem um capitão que cuida daquele espaço, é ele quem manda, ele quem tem o controle sobre os detetives, ele tem controle sobre o policial na rua. Então, ele tem governabilidade.

Não adianta hoje, no atual esquema, pedir a um delegado, a um comandante de batalhão, ou de companhia, ou de base, porque ele não tem governabilidade sobre absolutamente nada. É o capitão, o responsável pelo distrito, que consegue fazer baixar porque ele sabe: “está roubando muito na rua tal, vamos mandar gente para lá para resolver isso. Ah, foi uma quadrilha que fez. Já prendemos. Vai cair necessariamente. Vamos mandar para todo lugar”.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Enquanto não voltar essa questão de gerenciamento...

Em Mato Grosso tem um problema muito sério, nós abandonamos... A segurança pública, pelo menos no que se refere à investigação, abandonou completamente o território e cito um exemplo muito clássico: o Centro Histórico de Cuiabá. Ele não tem uma delegacia central que cuida do centro. Tem uma base da PM, mas não é uma delegacia que conhece o local, que depois do crime acontecido faz investigação, apure e depois manda prender. Então, fica aquele ciclo.

Esse é um ponto que em Mato Grosso precisamos resolver. Precisa voltar a lógica territorial e a lógica territorial tem que ter um ciclo completo de repressão, de prevenção e investigação, que é a maneira de resolvermos as coisas.

Então, nos Estados Unidos tem aquilo que é velho, que é a delegacia de bairro. Tem que ter. Claro que tem que ter a delegacia especializada para defraudação, crime organizado... Isso é importante. Mas precisa haver controle de território. E quando eu falo controle de território, é controle de território dessa parceria, porque também não adianta ocupar - o que está acontecendo no Rio de Janeiro é muito claro -, porque ocupa é inimigo, e quem ocupa vai embora.

É necessário o quê? Que haja a presença permanente, não numa lógica de ocupação, mas numa lógica de prestação de serviço, de segurança, etc.

Só respondendo e fechando a questão que o Deputado Wilson Santos falou, que a polícia não vai a certos lugares porque tem medo de processo disso ou daquilo, precisamos tomar um certo cuidado e tenho a dizer o seguinte: nós precisamos de protocolos.

Como você sabe que alguém praticou um ato abusivo? Porque ele não cumpriu algum protocolo. Então, nós precisamos de protocolo.

Nos Estados Unidos conta-se cada bala que sai do revólver de um policial. O policial precisa dar conta de cada bala.

“- Onde você disparou essa bala?”

“- Disparei essa bala ali.”

Então, tudo tem um protocolo.

Se você segue o protocolo, não há o que...

Então, cada vez mais, as polícias, as forças de segurança precisam estabelecer protocolos para isso.

Ah, invadiram...

E não tenham dúvidas, crime organizado. É a grilagem, só que antigamente a grilagem grilava o terreno, hoje está se grilando o terreno e a casa construída, é o 2.0.

Isso é crime organizado. Não duvidem disso.

Então, é necessário o quê? Um trabalho de protocolo. Ah, vamos lá: Avisa. Não avisa. Não cumpriu o aviso. Tem que haver protocolos para isso, para não haver a sensação de impunidade e para se dar garantias aos órgãos de controle.

Numa sociedade democrática o controle é absolutamente necessário. Quem detém o monopólio da violência física precisa ser controlado. Não estou dizendo que não. Mas como é que se fiscaliza isso? Dentro de protocolos.

Então, encerrando, acho que o que a gente precisa é disso, de voltar ao controle do território dos crimes comuns da comunidade; precisa haver protocolo para essas intervenções; abordagem tem que ter protocolo; a recuperação de um lugar invadido tem que ter protocolo. Todas essas coisas têm que ter protocolos para resolver porque são coisas comuns para, então, podermos trabalhar essas situações.

Quanto mais conseguirmos fazer isso acho que vai...

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Eu faço um apelo a todos vocês - estamos num ano de eleição - a todas as pessoas que forem pedir voto, pelo menos para federal, que elas sejam questionadas a respeito do teto de gastos, se ela quer isso para a Segurança Pública, porque, volto a dizer, não vai haver dinheiro para novas capacitações, novas armas, novas tecnologias. Em Nova Iorque também é tudo tecnológico.

Os guardas, os policiais saem com uma câmera aqui... (O ORADOR MOSTRA O CENTRO DO PEITO) ...Ou seja, fiscalização. E lá o crime cai. Então, precisamos tomar essa situação.

Eu agradeço. Desculpem-me por ter passado do meu tempo. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Por favor.

O SR. GERSON RODRIGUES DE SOUZA - Meu nome é Gerson, sou do CONSEG Jaciara, Presidente da UJAC, União de Bairros de Jaciara, tem 36 anos que trabalho como assistente social e posso dizer isso com todo orgulho.

O senhor nos disse aqui que não tem dinheiro para construir isso e aquilo, mas tem quantos bilhões para enfiar na política? Eu quero fazer essa pergunta para o senhor para que o senhor me responda depois.

Esse dinheiro está vindo de onde?

O SR. ALEXANDRE MATOS GUEDES - O que eu posso dizer para o senhor que é por isso que precisamos ter um orçamento muito transparente.

Por exemplo, ontem eu vi uma notícia de algumas ações de publicidade do Governo Federal, tirou-se dinheiro da vacinação da Febre Amarela, de uma série de lugares.

Eu preciso, então, de uma maior transparência nos gastos e uma maior participação mesmo, porque quando um político vier pedir voto, pedir qualquer coisa para o eleitor, isso tem que ser cobrado dele.

O nosso maior problema é que somos muito passivos, elegemos a pessoa, até não precisamos votar nela, mas todos nós as elegemos. Votando ou não nelas, há pessoas eleitas.

É por isso que eu falo que abstenção é não comparecer, votar em branco é a pior burrice que a pessoa faz, porque alguém vai governar o País. Então, se eu não escolho ninguém, eu estou me submetendo a ser governado pelo que os outros fazem. Vamos deixar isso bastante claro.

Eu acho que somos muito passivos depois que as pessoas são eleitas. Temos que começar a cobrá-las no seu diuturno. Ela anda na rua, tem que cobrar. Mas cobrar o que aconteceu. “Oh, o teto de gastos! Pelo amor de Deus! Não tem dinheiro para a saúde; não tem dinheiro para a educação; não tem dinheiro para a segurança pública e você limita teto de gasto?”. Não é assim que se faz um país.

Agora, eu tenho uma esperança que é a seguinte: este ano temos novas regras de financiamento de campanhas, empresas não poderão patrocinar. Então, eu acho que com isso nós vamos conseguir entrar num caminho diferente de financiamento da política e de novas maneiras de fazer política. Eu espero isso.

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL).

O SR. ALEXANDRE MATOS GUEDES – Essas são outras tantas coisas.

Eu acho que a política tem que ser financiada pelas pessoas que têm simpatia pelo candidato e pelas ideias que ele tem. Eu acho que isso aí é imprescindível. Mas é algo que temos que ir trabalhando e fazendo.

Volto a dizer o seguinte: democracia, ou política, ou gestão, está aqui a Dr<sup>a</sup> Elma que é uma pessoa que sabe disso e briga por isso todos os dias, como pessoa física e participante de entidades que lutam, temos que fazer essa fiscalização conjunta. Não tem nada melhor do que saber



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.

---

que o eleitor está fiscalizando, que o cidadão está fiscalizando. Mas não é fiscalizando de botar o dedo na cara, agredir, não é disso que estamos falando. Estamos falando de cobrar coisas efetivas para acontecer. Isso tem que ser feito todos os dias.

Então, eu acho que o que está faltando não é cidadania, eu acho que está faltando mesmo é exercício da democracia. Algumas pessoas querem dizer que Brasil está com problemas por causa de democracia. Não. Estamos com problemas porque falta democracia. Precisamos de mais democracia e não de menos democracia.

Não há País civilizado no mundo que não seja uma democracia. Eu gosto sempre de dizer isso. Não há País ditatorial que seja civilizado. Não existe! Simplesmente, não existe.

Então, esse é ponto que temos que chegar.

Desculpa se não respondi corretamente, mas era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Eu acho que ele queria dizer em relação ao dinheiro público para campanha.

Quero só fazer um adendo ao que o Dr. Alexandre Guedes falou, que é a questão do linchamento público. De certa forma, isso já vem acontecendo.

Há pouco tempo aconteceu um crime que ficou bem conhecido, aqui, era um vizinho da minha mãe, ele pegou e matou a mulher grávida. Ele até me apoiou na campanha, cheguei a indicá-lo para trabalhar no posto de saúde e ele foi assassinado. Fizeram um vídeo e mandaram... Aquele caso do Rubinho, o pessoal decapitando-o. Mas o que achei impressionante foi que cresci ali no CPA, minha mãe mora lá até hoje, fui professor lá, conheço toda a gurizada da rua, quando eu vou lá sento na porta e fico conversando... A aprovação do pessoal em relação à atitude do Comando Vermelho foi impressionante! Os vizinhos falaram: “estão de parabéns! Fizeram justiça, matando, decapitando-o. Ele matou uma mulher grávida”. Aí conversava com outra pessoa: “Nossa, o pessoal está de parabéns”!

É impressionante isso! Não sei como eles chegaram mais rápido ao criminoso do que a polícia. Realmente, a polícia ficou a desejar, porque os bandidos chegaram mais rápido. A polícia era para chegar primeiro e prendê-los. Mas os bandidos foram mais eficazes, ganhando o apoio da população ali, todos aprovando essa atitude bárbarie. Esse tipo de prática vem da idade medieval.

Então, apenas corroborando com o que o Dr. Alexandre disse sobre esse linchamento público.

Eu vou pedir mais uma vez que sejam bem breves, porque temos, ainda, bastante inscritos e gostaríamos de ouvir todos.

Vamos ouvir agora o Reinaldo Campos, Presidente do CONSEG do Bairro Pedra 90.

O SR. REINALDO CAMPOS – Bom dia a todos!

Em nome de vocês, quero cumprimentar o dispositivo.

Para mim é uma felicidade estar aqui hoje e ouvir do Presidente da Assembleia Legislativa qual é o trabalho que o CONSEG faz.

Presidente, um dos trabalhos mais importantes que os CONSEGS estão fazendo é receber o tornozelado que vai ser preso de manhã e à tarde está lá no convívio de novo conosco. Hoje, inclusive, até dentro das escolas intimidando os professores. Fizemos intervenção na Escola Professor Rafael Rueda, que hoje, graças a Deus, o Governo implantou o Sistema Escola Plena e, também, outra intervenção que fizemos na Mário de Castro, onde hoje está o Projeto Anjo funcionando.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Nós temos aqui a Federação dos CONSEGs, já estou vendo, também, a União dos CONSEGs, e gostaria de uma explicação sobre isso, senão, daqui a pouquinho, vamos ter Câmara de Vereadores do CONSEG, um monte de coisa, e nós temos que saber finalidade realmente de cada função.

Eu não vejo ser comunitário só da Polícia Civil, da Polícia Militar ou da Polícia Federal, eu vejo ser comunitário todas as instituições que tenham no nosso Estado, no nosso País.

Eu estou há quase onze anos no CONSEG e nunca vi uma valorização da Assembleia Legislativa ao CONSEG, da Câmara de Vereadores, da Prefeitura e do próprio Governo do Estado. Inclusive, o Governo do Estado fez um ato dos CONSEGs, o primeiro, que depois iria fazer todos os anos e também não foi feito.

Eu cobro muito aqui a valorização. Primeiro, quem pagou a nossa passagem para estar aqui fomos nós mesmos. Eu vejo tanto dinheiro saindo para o ralo e se nós precisarmos de uma xérox para fazer uma propaganda do nosso CONSEG lá na nossa região não conseguimos em lugar nenhum público.

Então, é um descaso total. A hora que vamos cobrar, que tem um problema grave no Bairro Pedra 90, o que estão fazendo os presidentes de bairro, a igreja, aí reúne todo mundo. Só que na hora que vamos cobrar os direitos, até mesmo ser lembrado das coisas que faz, ninguém se lembra.

Quero dizer a vocês que a região do Pedra 90, Deputado Botelho, tem uma área de quase dez mil metros quadrado, que antes tínhamos recursos, está ali o Jota, que sabe que tínhamos recursos, para a construção da base...(TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Concedo mais um minuto, para concluir, por favor.

O SR. REINALDO CAMPOS DE OLIVEIRA - Hoje temos a área e não temos os recursos.

A nossa base lá é de péssima qualidade para o atendimento dos nossos policiais e da nossa comunidade, inclusive um ar-condicionado para fazer a recepção das pessoas foi o CONSEG que colocou; a pintura foi o CRU, na época com o Coronel Maurício, que fez pinturas, renovando, mas não dá qualidade de trabalho para os policiais.

Não tem condições de a comunidade se aproximar de um sistema que só quer excluí-la.

Temos todos que incluir a comunidade, inclusive a Assembleia Legislativa, que vota LOA, que vota recursos para poder agregar os CONSEGs, os projetos que existem... (PALMAS)

Nós temos muitos parceiros e a Polícia Civil e a PM estão prontas para nos atender.

Levamos várias palestras... (TEMPO ESGOTADO - PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Obrigado pela participação.

Fazendo uma colocação em relação à Assembleia Legislativa, quero dizer para o senhor que essa Audiência Pública foi feita justamente atendendo a um pedido dos CONSEGs, que vieram aqui e tiveram uma reunião conosco e nós trabalhamos nesse sentido.

A Assembleia Legislativa também se mobilizou para votar contra um decreto que de certa forma atrapalhava os CONSEGs.

A Assembleia esta sim, senhor, participando junto com os conselhos e valorizando. (PALMAS)

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Vamos ouvir o Coronel Jorge Luiz, neste ato representando o Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

O SR. JOGE LUIZ DE MAGALHÃES – Bom dia a todos!

Coronel Jorge Luiz, neste ato representando o Comandante Geral da Policial Militar do Estado de Mato Grosso.

Cumprimento respeitosamente o Deputado Eduardo Botelho, a quem já parablenizo por trazer esse tema tão importante para a discussão.

Cumprimento em seu nome, peço vênua para cumprimentar, todas as autoridades do dispositivo de honra.

Cumprimento o Dr. Diógenes Curado, e em seu nome peço vênua para cumprimentar todos os policiais e todas as instituições policiais aqui representadas, inclusive a nossa guarda municipal.

Cumprimento o Sr. Danilo e já o parablenizo por trazer esse tema: “A importância da sociedade civil organizada no contexto da segurança pública”, em seu nome também peço vênua para cumprimentar todos os Presidentes de CONSEGs, todas as lideranças comunitárias e dizer do nosso carinho, do nosso respeito e que a nossa instituição reconhece a importância de todos os senhores nesse contexto, não só reconhecemos como também incentivamos os nossos policiais, principalmente os comandantes, para que busquem essa aproximação com todos os senhores, porque os senhores mais do que ninguém sabem da realidade e conhecem das dificuldades dos locais onde vivem.

O Deputado Wilson Santos fez alguns questionamentos e eu queria tão-somente fazer um contraponto em nome da nossa instituição.

Ele citou o caso da invasão do Residencial Nico Baracat, conjunto habitacional.

Nós participamos daquela ação e quando tomamos conhecimento que poderia haver essa ação, a manifestação popular dessa invasão, Deputado Eduardo Botelho, nós designamos algumas viaturas para fazer o policiamento ostensivo, mas somente a presença não foi suficiente e houve a invasão, com várias mulheres e crianças.

Para impedir aquilo, somente com o emprego da força legítima do Estado, mas eu tenho certeza absoluta que se a polícia militar tivesse feito isso, disparado munição de impacto controlado, no dia seguinte estaria estampado em todos os jornais: “polícia militar do Estado de Mato Grosso age com violência e arbitrariedade”.

O fato é que nós temos mecanismos para resolver isso e a polícia militar tem cumprido todas as determinações judiciais.

Com uma determinação judicial de reintegração de posse o Estado consegue reverter aquela situação.

O Deputado também lembrou do Programa Tolerância Zero, um programa que foi implementado em alguns Estados americanos. Lá deu certo. Por que deu certo? Porque lá houve uma ação de Estado. Não foi uma ação isolada da polícia. O Estado se mobilizou em torno do Programa Tolerância Zero.

Exemplo semelhante nós tivemos no Rio de Janeiro com a criação das UPPs.

Por que é que não deu certo no Rio de Janeiro? Porque foi somente a ação de polícia. Não houve envolvimento do Estado e percebemos, ao longo do tempo, que para resolver os problemas das favelas do Rio precisa muito mais que ação da polícia, precisa o Estado se fazer verdadeiramente presente.

Não se combate fogo com gasolina.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

O Deputado Wilson Santos fez algumas provocações e eu também gostaria de trazer alguns questionamentos para fomentar o debate em torno desse assunto tão importante, o primeiro que trago é com relação às audiências de custódias.

As audiências de custódias têm trazido reflexos na Segurança Pública do Estado de Mato Grosso?

O monitoramento por meio das tornozeleiras eletrônicas tem trazido reflexo, tem impactado na questão de indicadores de violência e penalidade no Estado de Mato Grosso?

Os crimes transnacionais, Dr. Genilson, os crimes fronteiriços, Mato Grosso não produz cocaína, Mato Grosso não produz drogas, meu amigo Elton, e sabemos que boa parte da população carcerária cumpre pena por tráfico de entorpecente, aliás, o tráfico de entorpecente tem uma relação direta com os homicídios e com os crimes contra o patrimônio. Esses crimes fronteiriços têm trazido impacto na segurança pública de Mato Grosso?

A falência, meu amigo Tenente-Coronel Wangles dos Santos Lino, do Sistema Prisional tem impactado nos indicadores da violência e criminalidade no Estado de Mato Grosso?

A evasão escolar tem contribuído para aumentar os indicadores da violência e criminalidade?

Se as respostas dos senhores forem sim, eu lamento profundamente a ausência de algumas instituições para debater e discutir o assunto.

Muito obrigado!

Mais uma vez reafirmo o meu carinho e o meu respeito pela sociedade civil organizada, principalmente por meio dos CONSEGs.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Obrigado, Coronel, pela participação, pela explanação brilhante.

Com a palavra, da plateia, Mac Suelem Soares, Presidente do CONSEG de Barão de Melgaço.

A SRª MAC SUELEN SOARES - Bom dia a todos!

Não vou cumprimentar um por um por da mesa, porque não vai dar tempo, pois, só tenho 3 minutos.

Em nome do Deputado Eduardo Botelho, eu quero cumprimentar todo o dispositivo; em nome do Valdir Farinha, cumprimentar toda companheira de luta dos CONSEGs de Cuiabá, Várzea Grande e do interior do Estado.

Muito obrigado pela presença de todos vocês!

Senhores, a importância do Conselho na sociedade civil organizada junto à segurança pública eu entendo que é um casamento. Nós precisamos do organismo de segurança pública e eles precisam de nós. Esse casamento tem que dar certo. Esse casamento nasceu e tem que terminar junto. Nós lutamos 30 anos pela criação da Polícia Comunitária. Hoje, já vemos isso ser desfeito. Foram 30 anos para conseguirmos. Agora, de 2010 para cá para que fosse implementado isso.

Nós precisamos aproveitar esses policiais que foram capacitados no Japão, sistema Koban. Hoje, eu não vejo fazerem essa parceria com os movimentos comunitários. Cadê esses policiais? Por que não aproveitamos? Fala-se tanto em defasagem, não tem isso, não tem aquilo, não tem recurso, não tem isso, mas aproveitem o que se foi capacitado, gente! Aproveitem!

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Um dos exemplos aqui, na época que o Sr. Diógenes era Secretário de Segurança, de cara, fomos para o embate com ele tanto que, hoje, foi uma pessoa humilde e que soube reconhecer o nosso movimento.

Quando ele entrou na Secretaria de Segurança estava sendo criada a Força Estadual de Segurança Pública e se desfazendo todas as forças de segurança especiais: o BOPE, a ROTAM, a Ambiental e de Trânsito. Desfez! E foi criada uma força só. Cada policial foi capacitado para isso! Para que desfazer uma coisa que deu certo? Foi uma luta que nós travamos e conseguimos voltar a instituição e, ainda, a Cavalaria no parque de segurança.

Não foi verdade, Sr. Diógenes? E o senhor foi humilde em reconhecer isso, o nosso trabalho. Sem mais um trabalho que nós fomos escolhidos para representar Mato Grosso, em Brasília. A Sandra Gasparetto foi comigo! O Sr. Genes sabe que mandaram dois representantes da Polícia Civil. Foi uma bombeira, tenentes-coronéis. Fomos em 10 representar Mato Grosso.

Vejam bem, Mato Grosso foi muito bem falado...(TEMPO ESGOTADO)...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Concedo-lhe um minuto para concluir.

A SRª MAC SUELEN SOARES - Obrigada!

Mato Grosso foi muito bem falado! É muito bem respeitado lá fora! Nós fomos representar muito bem tanto que nós conseguimos trazer e entregamos o relatório ao Dr. Diógenes. Eu falei: doutor, não é feio copiar. Está aqui! O Secretário Ricardo Balesteri entregou em mãos. Copie! Nós vamos trazer uma aeronave para Mato Grosso, bases móveis que vão capacitar muitas regiões dos municípios do Estado. As bases móveis serviram muito. Cadê essas bases móveis? Cadê o representante da Segurança Pública para poder nos falar sobre essas bases móveis. Foram muito úteis para nós. E sem contar os recursos que conseguimos para cada batalhão que foi replantado novamente não como Companhia, mas como Batalhão. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Obrigado, Mac Suelen, pela participação.

Vamos ouvir a Drª Flávia Portela, Presidente da Federação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública do Distrito Federal.

A SRª FLÁVIA PORTELA - Bom dia a todos vocês que, assim como eu, destinam parte do seu tempo para cuidar dessas cidades, para tornar as cidades mais justas, mais seguras, mais democráticas.

Eu, também, assim como o senhor, paguei minha passagem. Vim lá de Brasília, sem nenhum apoio.

Por isso, peço ao Deputado, caso eu me estenda, que me conceda, pelo menos, mais um ou dois minutos.

Quero cumprimentar a mesa em seu nome, Deputado Eduardo Botelho; cumprimentar todos os presidentes em nome do Presidente Danilo; cumprimentar, também, a Drª Shirley Theis e em seu nome cumprimentar todas as mulheres aqui presentes.

Não se pode pensar em segurança pública sem a participação das mulheres; não se pode pensar em segurança sem que, realmente, as mulheres estejam nesse contexto.

Conforme outra senhora já nos trouxe, não podemos deixar de trazer, de incorporar outros temas para o debate sobre segurança pública.

Não podemos deixar de falar dos idosos; não podemos deixar de falar das crianças; não podemos deixar de falar das mulheres, mulheres negras, jovens, jovens negros tão assassinados, não podemos deixar de trazer questões religiosas, não podemos deixar de falar da educação.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Realmente, é uma pena que não tenhamos aqui o Secretário de Educação, o Secretário de Cultura e outros atores que deveriam, também, estar compondo esta mesa.

É importante mesmo que nós, mulheres, tenhamos mais e mais e mais participações haja vista, não precisa ser uma boa matemática para ver que uma mesa composta por quase 15 autoridades, apenas, duas mulheres foram convidadas para compô-la.

Eu trouxe um exemplo e um vídeo que por falta de tempo, também, pensei que, hoje, à tarde, teríamos um debate, mas é importante que eu me coloque nesse cenário todo.

Eu sou arquiteta e urbanista. Em Brasília temos as prefeituras comunitárias e eu sou Prefeita de toda a região do centro de Brasília, uma região que sofre um impacto diário muito grande. É quase 1 milhão e 200 mil pessoas que chegam a essa região todos os dias. Sou do CONSEG mais novo da cidade. Somos 37 conselhos. Eu estou Presidente há cerca de 2 anos e elaboramos um projeto, justamente, por entender que o Estado, hoje, não só é omisso, mas, também, é incapaz de trazer essas soluções.

Então, trouxemos soluções para o centro de Brasília, principalmente, prevendo uma parceria com o público e o privado, a união de diversos empresários.

Eu vim de tão longe por entender que um fórum como este é muito importante e daqui acho que tem que sair, realmente, uma moção, tem que sair daqui um documento que leve às autoridades a importância dos Conselhos de Segurança.

Diferente daqui, eu vi alguns presidentes falando, até mesmo, em risco de vida. Em Brasília, não! Não que seja totalmente seguro, porque há um desnivelamento, mas sofremos muito mais com o ciúme dos gestores do que, propriamente, com a falta de segurança vinda dos marginais.

Os CONSEGs quando são bem qualificados quase substituem os gestores e a sociedade entendendo isso procura muito em Brasília os CONSEGs por essa agilidade. Hoje, eu sou muito mais procurada do que o próprio administrador de Brasília. Quer cortar, quer poder uma árvore, quer fazer uma calçada, quer ir ao Presidente da Central Elétrica de Iluminação? Procure o CONSEG!

Então, esses fóruns dos CONSEGs são muito importantes. Eu digo até que somos o principal grupo da sociedade civil qualificada.

Vocês são muito mais do que nós, mas nós somos 37 e 37x5 diretores, mais 6 conselheiros ficais e conselheiros de éticas e muitos de nós temos os nossos conselhos, ou seja, nós chegamos hoje a quase 500 membros ligados a esses CONSEGs. Então, o Estado não pode dar as costas aos CONSEGs.

Um Presidente perguntou sobre CONSEGs, é importante sim termos essas várias esferas, eu até sugiro aqui ao Danilo, como sou a mais nova em termos...

(A ORADORA RECEBE COMUNICADO DO CERIMONIAL.)

A SR<sup>a</sup> FLÁVIA PORTELA – Mais 10 minutos.

Obrigada, Deputado. (RISOS)

Eu até sugiro que criemos ou ativemos a confederação das FECONSEGs e leve para Brasília pela proximidade que nós temos com os demais órgãos.

Bom, eu quero falar muito rápido como é em Brasília... Porque acho que estamos aqui num fórum de troca de informações. Em Brasília nós temos o Pacto pela Vida, eu tinha preparado isso tudo num vídeo, mas meu *laptop* resolveu pifar quando cheguei aqui.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

O Pacto pela Vida é a principal política de segurança pública do Governo de Brasília e é por onde as demandas chegam, então, temos vários níveis com várias reuniões, chegando inclusive a reuniões mensais com o Governador.

Reuniões de governança, nós pedimos muito a questão da transparência, a questão da prevenção, a valorização dos profissionais envolvidos, a integração dessas regiões. Como é que isso funciona? Nós temos reuniões ordinárias, acho que vocês também têm, nós temos várias reuniões extraordinárias, Deputado, nós chegamos, só o nosso CONSEG, a cerca de 250 reuniões extraordinárias em apenas 02 anos.

Nós temos as RISPs e os CAIPs, então todas essas reuniões com os membros das forças e também com os membros de outros órgãos que interferem na segurança. Por fim, gostaria de falar o que a FECONSEG do Distrito Federal fez em 02 anos, principalmente por entender a importância desses Conselhos e por entender que a FECONSEG estava desestruturada, ninguém sabia o que era uma federação, ninguém sabia o porquê. Então, talvez isso sirva para vocês aqui também.

Nós investimos maciçamente em capacitação por meio de emendas de Parlamentares, ganhamos este ano cerca de 02 milhões de reais para um programa de capacitação para todos os CONSEGs e nós colocamos nesse programa de capacitação diversos pontos interessantes, como a questão da violência contra a mulher, a questão da violência contra o jovem, a questão da droga, a questão da educação.

Nós investimos maciçamente na capacitação para fortalecer, nós estamos buscando uma atuação independente da Secretaria de Segurança, apesar de ser a nossa maior aliada, hoje nós buscamos essa independência. Nós temos assessores em cada um dos órgãos que é necessário. O presidente da central de elétrica, agência de fiscalização, enfim...

O GDF já tinha o Portal do Voluntariado, e nós exigimos que fossem inseridos todos os CONSEGs nesse Portal do Voluntariado, e todas as demandas foram colocadas nesse Portal de acesso público; e, se o público entender que alguma demanda está lá há algum tempo e não foi resolvida, ele tem todo o direito de entrar com um processo ou no Ministério Público ou na Controladoria. Então, o SEI é um Sistema Integrado.

Nós buscamos o Ministério Público, hoje todas as demandas envolvem o Ministério Público, e todos nós, CONSEGs, ao encaminharmos as solicitações, encaminhamos com cópia para o Ministério Público. Estruturamos todos os CONSEGs. Todos os CONSEGs hoje têm que ter sede, equipamentos e mobiliário.

A questão da publicidade, assim como vocês, nós entendemos que a sociedade precisa acolher os CONSEGs e ela não sabe o que é um CONSEG, porque não é dada publicidade.

Hoje, o GDF é obrigado a dar publicidade, foi criado um portal, nós começamos com um *Facebook*, temos uma assessoria de comunicação da Secretaria de Segurança, um ASCOM, só para os CONSEGs. Todas as reuniões são gravadas, é dada publicidade a todas as reuniões. E o próximo passo é colocar também na cota de publicidade do Distrito Federal.

Eu estou falando uma série de pontos que eu acho que estruturam bem, a questão da capacitação, a questão da FECONSEG, nós temos uma FECONSEG itinerante, todos os finais de semana, nós vamos a uma região para entender a dificuldade de cada um desses CONSEGs.

A questão do decreto, nós renovamos o decreto e é importante, alguém falou em mudar a legislação, nós alteramos a legislação para atender o marco regulatório, ou seja, o MROSC. Hoje, todos os CONSEGs, como a Doutora falou, são entidades públicas de direito privado, e nós temos o CNPJ e por isso nós podemos buscar recursos públicos e até privado em algumas empresas.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

O estatuto... E nos estamos promovendo um seminário internacional no final do ano, nós tivemos há pouco um seminário, um simpósio internacional de segurança no Distrito Federal, com a presença das maiores empresas mundiais em termos de segurança.

Ok, para concluir.

E, no final do ano, nós teremos esse seminário internacional voltado, o nome é “Um Novo Olhar para a Segurança Pública”, para a sociedade civil, ou seja, é um pouco do que a Federação fez.

Eu iria responder sobre as provocações feitas anteriormente, mas para finalizar dizer assim: que é importante sim a sociedade estar envolvida. Há cerca de um mês, o principal jornal de Brasília estampou na sua página e depois trouxe mais 02 folhas informando que os índices de segurança pública no Distrito Federal estavam diminuindo em razão da mobilização da sociedade civil, e foram uma série de ferramentas, como o botão do pânico, como o *WhatsApp*, enfim, eu estou à disposição, Danilo tem meus dados.

O meu tempo acabou, teria mais alguma coisa para falar, mas acho que esse canal tem que ser mantido e vocês contem conosco lá em Brasília, em razão dessa nossa proximidade, não sei se é muito bom, mas de repente pode nos ajudar.

Por último, eu gostaria de aproveitar e realmente pedir a vocês, mulheres, que vejam com muito carinho, nós temos que ter uma participação maior das mulheres nas várias instâncias.

Concluindo, Brasília é uma cidade feita por trabalhadores, é uma cidade feita por gente comum que foi para aquela cidade para construir a capital do País, e muitos de forma equivocada acham que todo candango, que todo brasiliense é marginal ou é mafioso, não, na verdade nós abrigamos tudo o que há de pior no País, mas é a Brasília institucional, a Brasília nossa é cidadã e acolhedora.

Por favor, mandem pessoas mais sérias para a nossa cidade.

Muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Obrigado pela participação, pela vinda de Brasília.

Acho que depois os Conselhos poderiam fazer uma reunião com ela para trocar essas informações, é muito importante, viu.

Quero dizer para vocês o seguinte: nós teríamos que terminar ao meio-dia, podemos prorrogar um pouquinho mais, ainda tem 01, 02, 03, 04, 05, 06 pessoas inscritas para falar. Eu quero saber se alguém... se todos querem falar. Eu gostaria que... Se forem três minutos para cada um, nós podemos terminar lá por meio-dia e cinco, por aí. Então, vamos lá, vamos ouvir o Dr. Lúcio Andrade, Ouvidor-Geral, neste ato representando o Defensor Público Dr. Silvio Jeferson.

O SR. LÚCIO ANDRADE - Bom dia a todos e a todas!

Quero cumprimentar o Presidente desta Casa, Deputado Eduardo Botelho, estendendo os cumprimentos às demais autoridades da mesa; cumprimento também o Danilo, que é da União dos Conselhos Comunitários de Segurança, e na pessoa dele, eu cumprimento todo o segmento da sociedade civil organizada que se faz presente.

Só para ser breve e para discorrer um pouco sobre o assunto, é difícil discutir - como já foi falado aqui - segurança pública e não discutir outras áreas que estão intimamente ligadas à segurança pública, não discutir educação, não discutir saúde, e foi dito aqui a respeito dos viciados em drogas que precisam de tratamento. Então, quando a segurança pública falha, o Estado falha e as demais áreas falham. Isso tem que ficar muito claro.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Essa questão, gente, que estamos discutindo a respeito dos CONSEGs, tem que ficar muito clara para o Governo, para a Secretaria de Segurança Pública, para as autoridades de segurança pública: não há como ter ingerência por parte do Estado em relação à sociedade civil organizada. A sociedade civil organizada se autorregimenta, se auto-organiza, não tem como o Estado ditar como a sociedade civil vai se organizar.

Então, acho que cada ente... Popularmente falando, é cada macaco no seu galho. Isso tem que ficar muito claro. Isso é um prejuízo tremendo para a sociedade civil. Eu vejo que essa questão da Polícia Militar, essa questão do Comando, muitas vezes querer interferir na Secretaria de Segurança Pública, normatizando, querendo criar um decreto falando como é que vai ser, como é que vai deixar de ser, é sintomático. Muitas vezes, o Presidente do CONSEG, lá no bairro, quer falar, ele quer discutir políticas de segurança com o Comando e, muitas vezes, o Comando não aceita. Nós sabemos da hierarquia que existe no meio dos militares, e é difícil quebrar essa cultura, mas nós temos que discutir isso, tem que haver a democracia, tem que se exercitar a democracia.

Então, o Delegado, alguns Comandantes da Polícia Militar, representantes, e eu, estivemos com o Reinaldo, no Pedra 90, discutindo um problema que tinha na região, alguns problemas que havia na Região do Cinturão Verde, de festas, de drogas, de assaltos que ocorriam na região e que estavam incomodando muito a população local. Gente, é inegável: segurança pública se faz com Conselho de Segurança Pública, com Conselho Comunitário, com a população, então, uma coisa não se dissocia da outra. Isso tem que ficar muito bem claro, tem que ser incentivado isso.

E para concluir, eu acho que a principal falha que vemos - e isso não foi dito - na área de segurança pública, falando de Mato Grosso, falando de Brasil, é que nós não temos um plano, nós não temos uma política de Estado referente à segurança pública. Nós temos política governamental. (PALMAS) E é um problema, porque entra governo, sai governo, muda a política; entra o comandante da Polícia Militar, muda a política; entra o secretário de segurança pública, muda a política. Então, não há uma sequência de política pública e é isso que falta.

E eu faço uma provocação, Deputado Eduardo Botelho: que esta Casa de Leis provoque e formule políticas de Estado de segurança pública, porque é isso que nós precisamos. Independentemente de quem estará aqui na próxima legislatura, nas próximas legislaturas, nós temos que pensar isso como política de Estado, não como política do Deputado A, B ou C, ou do Governador A, B ou C.

Então, era essa a contribuição que eu tinha a fazer, agradeço a todos que estão presentes. Estou à disposição para contribuir com esse importante tema que é a segurança pública para o nosso Estado.

Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Obrigado, Dr. Lúcio Andrade, pela participação.

Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Elda Marilza Valefim, Coordenadora da ONG Moral.

A SR<sup>a</sup> ELDA MARILZA VALEFIM - Obrigada por essa oportunidade de me dirigir a vocês.

A ONG Moral tem apoiado a organização da sociedade civil e tem notado que - como disse: a cada governo muda - este Governo novo não quer essa parceria.

O Deputado Wilson Santos chegou e disse que tem melhorado muito o indicador de diminuição da violência e que isso foi uma estratégia que não inclui os Conselhos de Segurança - pelo o que entendi, eu entendi assim.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Então, neste momento, até terminar este Governo, não sei como vai ser outro, eu quero convidar vocês para combater a violência de forma preventiva, através do combate à corrupção. O combate à corrupção, em muitos estudos da ONU, leva a sociedades mais pacíficas, muitos estudos fazem essa correlação. Isso é muito fácil de olhar.

Quando vocês chegarem em casa, deem uma olhada no mapa da violência, no mapa que mostra os países mais e menos violentos e você vai ver o mapa da transparência internacional dos países mais corruptos. Os mais corruptos em vermelho, o mais violentos em vermelho, vocês verão a coincidência só de olhar no mapa, só de bater o olho. Então, isso mostra que se nós queremos um país com mais segurança, nós precisamos de um país mais honesto. Isso aí não tem dúvida. Bateu o olho, você vê.

Se o Governo não quer parceria, melhor ainda. Vamos entrar no Mira Cidadão que tem agora, pode pôr no *google* Mira Cidadão Mato Grosso e ver que as políticas públicas mudam quando muda o Governo, muda também todo o secretariado, muda o governador, mas as empresas são as mesmas. Do mesmo jeito que a *Odebrecht* está há anos, a *Camargo Corrêa* está há anos no Governo, outras empresas na Lava Jato, e o Presidente é apenas um fantoche.

Da mesma forma, no Governo do Estado; da mesma forma, no município. Olha lá na Secretaria de Saúde, quantos anos estão com essas mesmas empresas prestando serviço.

Então, eu peço a vocês, por favor, através do Danilo, vocês podem entrar em contato comigo. No município, não vamos prestar atenção só no tráfico de drogas, vamos prestar atenção no crime contra a administração pública. Nós, do município, além de vermos o traficante, vemos a pessoa que ganha o salário mínimo e de repente chega com um carrão, é ligado lá, é fantasma da prefeitura, fantasma... Tem uma empresa que fornece, de repente, fica rico. Gente, vamos prestar atenção nisso também. Vamos olhar quem são os fornecedores do nosso Governo. Qual o relacionamento do fornecedor com o Governo. Vamos combater... Desta forma... (TEMPO ESGOTADO)

Obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Obrigada, Dr<sup>a</sup> Elda, por participar conosco!

Vamos ouvir o Sr. Valdir Farinha, Presidente da Confederação dos Conselhos Municipais de Segurança.

Nós lembramos, Valdir, que o tempo é de 3 minutos somente.

O SR. VALDIR FARINHA - Em nome do Presidente da Assembleia, quero cumprimentar a todo.

Acho que eu nunca falei por 3 minutos viu, Presidente.

Mas o negócio é o seguinte, quero falar que estou Presidente do Conselho da área central de Rondonópolis, Diretor da União e Presidente da Federação.

Nós, da Federação... Tem um comentário por aí que queremos mandar, que queremos impor. Não queremos ser igual a SESP fez conosco como CONSEG. Nós queremos a participação! Nós queremos ser parceiros! Aqueles que quiserem andar conosco, beleza! Vamos estar aí para dar todo apoio, o que for necessário, certo, mas jamais vamos impor a situação.

O que houve, Deputado... Não é que tem CONSEG brigando com CONSEG que foi colocado no começo a indisposição com o CONSEG. O que houve foi o seguinte: fizeram um decreto, não quiseram que fosse lei, porque não passaria na Assembleia Legislativa. Empurraram um decreto goela abaixo que foi feito na calada da noite. Faziam reunião conosco na parte da manhã e, à noite, empurravam o que eles queriam. Então, foi derrubado. Nós que viemos e colocamos a cara à

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

tapa. Tem uma meia dúzia aí de sacanas que ficam trabalhando por trás, mas nós botamos a cara à tapa. Quer denunciar na delegacia vai; quer ir para o Ministério Público, vai - entendeu? -, mas, nós estamos aqui para defender a sociedade civil.

Era só isso que eu tenho para falar.

Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Muito bem colocado! Tem que ir à luta mesmo, senão, não acontecem as coisas.

Vamos ouvir a Sr<sup>a</sup> Fátima Guerreiro, Diretora de Assuntos Comunitários da Federação dos Conselhos Comunitários de Segurança de Mato Grosso.

Vai dar tempo de todos falarem. Será pouco, mas vão falar. Pelo menos vão participar.

A SR<sup>a</sup> FÁTIMA GUERREIRO - Bom dia a todos!

Cumprimento a mesa e a todos os presentes!

Eu só vou fazer breves explicações, umas respostas.

Como o nosso ex-Secretário, Dr. Diógenes, falou que nós tínhamos que ter o diálogo. Nós tivemos, sim. Tentamos ter o diálogo para que não acontecesse de chegar aqui, porque qualquer alteração no Estatuto quem aprova somos nós, do Conselho, que estamos na base. Nós sabemos os problemas e nos foi negado esse direito. Nós que exigimos essa reunião, essa assembleia, fomos ressarcidos, mas nos tiraram.

E o Deputado falou se alguns conselhos estavam sendo, se os presidentes estavam sendo prejudicados. E estamos, sim! A partir do momento que recusamos, às vezes, de pagar algumas coisas que nos reivindicam eles nos boicotam. Eu fui boicotada dentro do meu município em vários projetos. Temos duas ruas, uma de droga e uma de prostituição. A OAB entrou conosco para fazer um projeto de revitalização. Como eu recusei a pagar algumas coisas a resposta que eu tive: “Não precisa porque já foi pacificada.” Pacificou, mas e aí? Vai continuar pacificada até quando, se o problema continua dentro da cidade?

Tentamos fazer outro projeto do trânsito, porque, em 2016, tivemos 383 acidentes de motos em um ano que chegaram ao hospital. Levamos o CETRAN para organizar o nosso... Não compareceu ninguém para nos dar apoio. Levamos o Gabinete de Gestão Integrada para que nos uníssemos. Ninguém apoiou! Por quê? Porque foi recusado de pagar algumas coisas. Eu me recuso a pagar mesmo.

Eu não mobilizo base e reformamos a base e reformamos a Polícia Civil. Fizemos a nossa parte! E os projetos preventivos como é que ficam? Então, estamos, sim, sendo perseguidos. Estamos denegrindo a nossa imagem para justificar os erros lá que não queremos fazer.

Então, conselhos, estamos aqui para sermos parceiros. É parceria que temos que ter! O município, o Estado, segurança pública, comunidade e prefeitura. Aí, sim, vai funcionar e não nos impor o que devemos fazer e como fazer, porque o recurso é do Ministério Público quando nós conseguimos e nós prestamos contas ao Ministério Público... (TEMPO ESGOTADO – PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Obrigado pela participação,

Com a palavra, o Sr. Danilo Moraes, Presidente da União dos Conselhos Comunitários de Segurança do Estado.

O SR. DANILO MORAES - Bom dia a todos!

Deputado Eduardo Botelho, muito obrigado por requerer esta Audiência Pública e muito obrigado mais ainda por fazer um ato democrático juntamente com outros Deputados,

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

sustando o Decreto governamental por um Decreto Legislativo que nos trouxe a liberdade de associação novamente.

Senhores, eu tenho em minhas mãos o livro de Promotor de Polícia Comunitária. Não foi nenhum de nós que escreveu que escreveu isto aqui, mas todos os operadores de segurança pública do Brasil fizeram esse curso ou quase todos. Esse era o básico. Depois, veio o de Multiplicador de Polícia que era o avançado, porém, feito pela Secretaria Nacional de Segurança Pública onde já se desenhou aqui, na página 297, sobre a Formação Jurídica dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública que deveria ser no Brasil todo.

Diz assim Deputado: “Conselho Comunitário de Segurança Pública, entidade de direito privado, com vida própria e independente em relação aos segmentos de segurança pública ou qualquer outro órgão público, modalidade de associação de utilidade pública. sem fins lucrativos, constituída no exercício do direito de associação garantida em seu artigo 5º, inciso XVII, da Constituição Federal, que tem por objetivo mobilizar, congrega forças comunitárias para a discussão dos problemas legais da segurança pública, no seu contexto nacional territorial e municipal.”.

Em seguida, na página 298, diz: “O Conselho Comunitário, também, acordado no artigo 5º, inciso XVII, estabelece que é de plena liberdade e associação para fins lícitos, vedada de caráter paramilitar. Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou permanecer associado.”.

É por isso que a União veio não para mandar em ninguém, mas, sim, para agregar, somar forças, lutar. Está sendo parceira.

Hoje, eu endosso tudo o que esse pessoal falou! O Dr. Lúcio nos acompanha!

Mas eu, também, tenho que agradecer! Tenho que agradecer o Coronel PM Dr. Jorge Luiz que sempre foi parceiro; agradecer a Polícia Rodoviária Federal do Estado de Mato Grosso que quando começamos a discutir o Decreto a antiga gestão da Gerência de Polícia Comunitária fechou as portas e a polícia Rodoviária Federal do Estado de Mato Grosso abriu as mãos, abraçou os CONSEGs e começou a fazer as ações preventivas, pelo menos, no Município de Várzea Grande.

Nosso muito obrigado!

As maiores ações foram feitas lá no passado, quando as portas foram fechadas por algumas pessoas.

A Polícia Militar e a Polícia Judiciária Civil, em todos os municípios, são nossas parceiras. Devemos andar de mãos dadas, sim! Sem elas ninguém pode fazer nada. Mas o que não podemos é ter a interferência estatal. Está escrito aqui. Não fomos nós que inventamos. Ou querem rasgar a Constituição Federal?

Nós pedimos, Deputado, que pelo menos respeite o Decreto Legislativo que foi votado nesta Casa que hoje todos os CONSEGs têm o direito de registrar conforme manda - está aqui escrito na página seguinte - o Código Civil Brasileiro.

Em nenhum momento, neste livro, está determinando que seja feito um decreto ou uma portaria. Em nenhum momento!

Quero parabenizar também o Deputado Guilherme Maluf, que foi uma pessoa que reconheceu que tinha algo errado e retirou de pauta, respeitando o voto dado por ele na autonomia dos CONSEGs.

O que nós queremos é liberdade de associação. Ninguém é obrigado a se filiar, ninguém é obrigado a associar, mas temos que somar.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Eu acho muito bonito o trabalho da UCAMB, da UCAM, da FEMAB, da URAMB e da União de Rondonópolis, porém, todos os seus presidentes de bairros são autônomos. Mas, também, quando precisam se reunir para ter uma demanda, estão todos lá de braços dados.

Quando se fez alguma coisa contra a união dos Conselhos, não se preocuparam... Só a diretoria da União são dezoito pessoas, representada, inclusive, pelo nosso amigo Dr. Lúcio, como nosso Diretor Consultivo, que nos honra muito; a Dr<sup>a</sup> Elda Fim. Respeitem! Respeitem! A única coisa que pedimos: liberdade de associação.

Barra do Garças, coisa mais linda!

Tenente-Coronel Wangles, estamos prontos para ser o eterno parceiro, nunca subordinado, porque a Constituição Federal nos garante o direito, só se a rasgarem.

Tem mais, eu acredito que se treze homens, liderados por um, conseguiram mudar... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Por favor, o senhor conclua, porque se passaram cinco minutos e temos mais duas pessoas para falar.

O SR. DANILO MORAES – E nós vamos conseguir. Nós vamos conseguir, sabem como? Com o apoio de vocês.

O Ademar não pode estar aqui presente, o nosso professor Genis também não pode estar presente...

Simplesmente, pessoal, estamos fazendo o que está escrito aqui. Não fomos nós que escrevemos. Está escrito aqui. Então, cumpra-se.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Obrigado.

Elisabeth Soares de Andrade Pinheiro, Presidente da Associação de Moradores da Grande Morada da Serra.

A SR<sup>a</sup> ELISABETH SOARES DE ANDRADE PINHEIRO – Bom dia a todos!

Em nome do Deputado Eduardo Botelho, eu cumprimento o dispositivo da mesa; em nome da Federação do Conselho de Segurança, cumprimento o Sr. Farina.

Comunidade e polícia, falando em polícia, dá certo. Lá no nosso Bairro Morada do Ouro, em 2010, foi criado “Seja Um Vizinho Camarada”, porque se você não conhecer o seu vizinho não adianta... Você precisa conhecer o seu vizinho tanto do lado, da frente, porque o vizinho é o parente mais próximo. Lá na Morada do Ouro tem dado certo, mas têm moradores que, às vezes, acha que não precisa de ninguém, não cumprimenta o vizinho. Lá, na época, foram distribuídas umas placas, inclusive várias casas ainda têm, com os dizeres: “Seja um Vizinho Camarada”.

Hoje já ampliamos - o conselho, a associação, a polícia - e conseguimos, por meio de *Whatsapp*, porque tem ajudado muito, claro, não são 100%, mas se a comunidade unir realmente dá para fazer. Porque se virmos alguém suspeito, o que acontece? Já no grupo colocam: “olha, tem uma pessoa passando várias vezes”. E os vizinhos também, por exemplo, se passa uma pessoa uma ou duas vezes, ou de moto ou a pé, já coloca também no grupo.

Nós temos a parceria da polícia, que falamos talonários, os que participam conosco no grupo, mas muitas vezes não dá para eles ficarem olhando, porque está em uma ocorrência, ou trabalhando, dirigindo, mas ligamos, na hora, na companhia, tem lá Tenente Fernandes, do 3º Batalhão, e o Tenente Iago, que é da 7ª Companhia e são nossos parceiros.

Então, eu acho que é preciso levar para outros bairros. Há outros bairros que já existe só colocou outro nome. Não tem problema! O importante é obtermos o objetivo.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Quero aproveitar, Deputado, para fazer um convite: amanhã, às 19h30min, teremos a assinatura do Prefeito Emanuel Pinheiro, lá na CRECI, para fechamento de rua sem saída.

No Bairro Morada do Ouro existe vila que estava no projeto e rua sem saída. Isso também é questão de segurança. Quem puder comparecer, está convidado.

E outra, Deputado Eduardo Botelho, esses rádios que os policiais têm estão deficientes e os policiais precisam. Às vezes, os rádios não estão dando certo, o pessoal fica ouvindo... Entendeu? Os bandidos (RISOS).

Obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Muito bem!

Com a palavra, o Sr. Nei Alves Pereira, de Ipiranga do Norte.

O SR. NEI ALVES PEREIRA – Bom dia a todos!

Como já sou conhecido no Estado inteiro, obrigado a todos!

Quero agradecer ao Deputado Eduardo Botelho e também ao Deputado Wancley Carvalho e a Deputada Janaina Riva que, em primeiro lugar, nos apoiou firmemente.

Quero dizer a vocês que a União e a Federação vieram para dar suporte e apoiar, não veio para mandar.

Por exemplo, eu entrei há três anos e meio no CONSEG e há cinco anos eu já vinha igual um cachorrinho vira lata, ninguém me ensinava, ninguém me ajudava. Mas a União e a Federação nos deram suporte, conseguimos construir a delegacia, tirando a verba da mão do Prefeito de Ipiranga do Norte; também construímos três suítes de primeiro mundo para a nossa PM de Ipiranga do Norte, que o Jorge Luiz é conhecedor. Não é, Jorge? Foram mandados cinco policiais, senão, íamos perder o nosso município.

Mas aqui, hoje, a nossa conversa é diretamente ao Governo do Estado, ao nosso Tenente-Coronel da SESP, que está ali nos representando.

Nós precisamos sentar urgentemente, Coronel, com os nossos líderes, sim, com toda sociedade, com todos os presidentes e falar uma só língua. Vamos mudar essa estratégia que está perdida, essa estratégia furada, errada. O nosso Governador está aí, está perdendo o nosso Estado inteiro por não ouvir a população.

Eu vou deixar pouca conversa aqui, porque o que precisamos agora é de um leque de acertar. Chega de errar!

Nós somos sociedade civil, não recebemos nada, não podemos também ser mandados por ninguém, mas, sim, dar a nossa opinião aos nossos profissionais da área de segurança e trabalhar junto com você.

Várias vezes falei com o senhor e quero parabenizá-lo, porque Vossa Excelência nos ouviu.

Venha conosco, vamos nos juntar à sociedade para ficar cada vez melhor.

Boa dia e boa tarde a todos também! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Com a palavra, o Sr. Luiz Alves Neto, que acabou de pedir dois minutos.

Estamos fazendo uma exceção a ele.

O SR. LUIZ ALVES NETO – Bom dia, Deputado, e todos que compõem a mesa!

Achei muito importante o que todos falaram e tudo tem que ser feito, mas nos esquecemos do principal, que uma pessoa disse, a espinha de todos os nossos problemas do País.

O problema, o mal vem lá de fora. Se não me engano foi o Deputado Wilson Santos que disse isso.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A**  
**IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E**  
**ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Uma vez eu questionei por que as Forças Armadas não tomavam conta da segurança no País. Responderam-me que as Forças Armadas são para cuidar das fronteiras.

Não adianta, Coronel da Polícia Militar, que está presente. A Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Rodoviária Federal serão sucateadas, porque a população criminosa é grande.

Se as Forças Armadas não tomarem uma posição, que é seu dever, e policiar as nossas fronteiras, não entrará armas, nem drogas.

Aí, sim, vamos cobrar a Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Rodoviária para que ela atue dentro do País.

Ela não conseguirá! É lamentável!

Fizeram uma propaganda de mídia para o Governo Federal com aquela invasão do Rio de Janeiro. É um fracasso!

Primeiro, avisaram e a milícia se programou e recebeu armas e drogas.

A fronteira está aberta e não é responsabilidade da Polícia Militar, da Polícia Civil e nem da Polícia Rodoviária.

A Polícia Federal é para cobrir a corrupção.

São as formas armadas que tem que circular nossas fronteiras.

Circula a nossa fronteira e não deixem entrar a droga, nem armas e Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal terão sucesso, sim, e os nobres colegas de Conselhos de Segurança ficarão mais tranquilos. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Obrigado, Sr. Luiz Alves Neto.

Estamos encerrando.

Aconselho agora que vocês formem um grupo, juntos podemos até nomear uma comissão de Deputados para debater o assunto, podemos convidar o Ministério Público, a Secretaria de Segurança para participar, para criarmos uma lei que estabeleça regras claras nessa relação muito importante para combater a violência, que são os Conselhos Comunitários.

Quero agradecer aos Deputados Wilson Santos, Wancley Carvalho e Marcrean Santos, que ajudaram neste evento.

Agradeço ao Vereador Neni Chimarrão, o Sr. Alexandre Guedes, Dr. Lúcio Andrade, Dr. Diógenes Curado, Dr<sup>a</sup> Shirley Teis, Vagner Machado, Coronel Jorge Luiz, Flávia Portela, Valdir Farinha, Danilo Moraes, Cley Celestino e todos que vieram aqui dos Conselhos, que vieram do interior, que vieram participar.

Obrigado por terem vindo. É importante a participação.

Contem com a Assembleia Legislativa. Nós estamos para isso mesmo, para fazermos o nosso papel.

Declaramos encerrada a Audiência Pública. (PALMAS)

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:

- Alessandra Maria Oliveira da Silva
- Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Dircilene Rosa Martins;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SEGURANÇA PÚBLICA - A  
IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CENÁRIO NACIONAL E  
ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2018, ÀS 09H.

---

- Donata Maria da Silva Moreira;
- Luciane Carvalho Borges;
- Taiza Antônia Noujain;
- Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
  - Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
  - Patricia Elena Carvalho;
  - Regina Célia Garcia;
  - Rosa Antonia de Almeida Maciel;
  - Rosivânia Ribeiro de França;
  - Sheila Cristiane de Carvalho;
  - Solange Aparecida Barros Pereira.